



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 27

I Sessão Legislativa

Horta, Sexta-feira, 17 de Outubro de 1997

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa.*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10,10 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia.

Feita a leitura do expediente, passou-se ao **período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região** em que intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Sidónio Bettencourt (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), António Almeida (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, *Carlos César* e o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes*.

No **Período da Ordem do Dia** foram apreciados os seguintes diplomas:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 11/87/A, de 26 de Junho - Competências do Presidente do Conselho de Administração do Centro de Gestão Financeira de Segurança**

Social", tendo a sua apresentação sido feita pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, (*Álamo de Meneses*).

Sobre este assunto apenas usou da palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa (*PS*).

Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade, como na especialidade.

- **Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a "Remuneração Complementar"**, cabendo a sua apresentação ao Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

Posto à discussão usaram da palavra os Srs. Deputados Victor Cruz (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), João Greves (*PP*), Fernando Meneses (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, (*Carlos César*).

Submetido à votação na generalidade, foi o mesmo rejeitado por maioria.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Meneses (*PS*) e Victor Cruz (*PSD*).

- **Projecto de Decreto Legislativo Regional - "Criação de um Registo Regional das Associações de Promoção dos Direitos das Mulheres e Regime de Apoios a Conceder a essas Associações"**.

Sobre este Projecto usaram da palavra a Sra. Deputada Natividade Luz (*PS*), bem como os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Jorge Valadão (*PSD*) e João Greves (*PP*).

Submetido à votação na generalidade e na especialidade, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

- **Projecto de Decreto Legislativo Regional - "Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 22/96/A, de 9 de Agosto - Sistema de Apoio Excepcional a Conceder a Clubes Desportivos da Região"**.

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, (*Álamo de Meneses*).

O Projecto acima referido foi aprovado por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

- **Proposta de Resolução sobre a Constituição duma Comissão Eventual para o Estudo da Toxicodependência.**

Na discussão desta Proposta intervieram a Sra. Deputada Fernanda Mendes (PS) e o Sr. Deputado Paulo Valadão (PCP).

Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

- Proposta de Resolução sobre a Criação duma Comissão Eventual para o Estudo dos Custos da Insularidade.

Usaram da palavra, na discussão desta Proposta de Resolução, os Srs. Deputados Victor Cruz (PSD), Fernando Meneses (PS), Paulo Valadão (PCP) e João Greves (PP).

Por sugestão do PS e PCP, o PSD apresentou uma proposta de alteração no sentido deste estudo ser cometido à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Finalmente foi aprovada por unanimidade uma **Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa, declarando findo o Período Legislativo de Setembro.**

Os trabalhos terminaram às 15,40 horas.

Presidente: Srs. Deputados bom dia.

Peço vossa atenção para a chamada.

(Eram 10,10 horas)

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Meneses, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime Carvalho de Medeiros, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José*

Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Victor Cruz; PP - Alvarino Pinheiro, João Greves; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados. Temos quórum.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, **no Período de Antes da Ordem do Dia**, com a leitura da correspondência.

Secretário (*Guilherme Pinte*): Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, bem como os Suplementos aos Diários n.ºs 15, 16 e 19.

Presidente: Vamos passar agora ao outro ponto, ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, destinado às **intervenções de interesse político relevante para a Região**.

Neste momento apenas está inscrito o Sr. Deputado Paulo Valadão. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O problema dos transportes é matéria sensível numa região como a nossa, constituída por nove ilhas, onde a única possibilidade de ligação física das pessoas e das coisas, é, exactamente, feito por via aérea ou por via marítima e quando esta situação não decorre da melhor maneira, é bom que se fale do isolamento a que estamos sujeitos.

Anteontem e na discussão sobre uma intervenção do Sr. Deputado Carlos Fraga, tive a oportunidade de referir aquilo que considero uma anomalia grave em relação à principal e quase única exportação da Ilha das Flores, ou seja, a exportação do gado.

Na altura referi e quero voltar a frisar que, neste mês, os bovinos exportados das Flores, para chegarem a Lisboa demoraram 9 dias.

Também referi anteontem, embora considere que esta matéria não é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional, mas entendo que é da sua responsabilidade zelar pela economia da Região Autónoma dos Açores, que o que está em causa, de facto, é um prejuízo gravíssimo para a economia das nossas ilhas.

Não vou fazer grandes considerações sobre as consequências duma viagem destas onde existiram dois transbordos, de navio para navio, e onde, dentro do próprio navio, os contentores com animais foram movimentados por duas vezes, sem contarmos com a própria chegada a Lisboa.

Portanto, o stress e os dias de demora da viagem são mais que suficientes para justificar o facto de se chamar a atenção para o prejuízo económico e financeiro dos produtores.

Pensamos que é importante, da parte do Governo Regional, haver um esforço no sentido de levar a empresa responsável por este transporte, a poder fazer uma coordenação entre os seus próprios barcos, porque não se trata aqui de empresas diferentes, mas sim da mesma empresa. Se assim não fosse, a situação ainda seria muito pior.

Por outro lado, todos nós sabemos que durante 3 ou 4 meses, período de exportação das Flores, seria possível coordenar essa ligação entre os diversos barcos dessa empresa, no sentido do transporte ser muito mais rápido, existir menos transbordo de contentores e, por consequência, menos stress para os animais.

No próximo mês de Novembro teremos mais um grande embarque de gado e, note-se, que nestes meses de Outubro e Novembro, o navio que serve as Flores vem com a cobertura totalmente cheia de contentores. Portanto, o navio vem com uma ocupação elevada e, por isso mesmo, pensamos que, ou há esta coordenação entre o barco que serve as Flores e o que serve as ilhas com maior movimentação de cargas, nomeadamente S. Miguel, Terceira e Faial, ou então este problema também poderá ser resolvido, como já o foi no passado, em que nos meses de exportação de gado, durante alguns anos, o barco, que na altura era o Monte Brasil, saía das Flores directo a Lisboa e levava três dias.

É uma situação que, como já disse e repito, tem prejudicado a Ilha das Flores e pensamos que deve acabar.

De igual modo, na ligação marítima, pensamos que deve haver maior coordenação, mesmo durante todo o ano, entre a chegada dos navios que normalmente trazem a nossa carga de Lisboa para S. Miguel e depois reembarcada para a Ilha das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Uma outra matéria que gostaria de trazer aqui, relacionada também com transportes, tem a ver com as nossas ligações aéreas através da SATA.

Estamos no fim do actual horário de Verão desta empresa pública. A partir do próximo dia 26 entra novo horário e, por isso, penso que esta é a altura própria de trazer aqui algumas preocupações. Aliás, se a memória não me falha, em relação ao Corvo, neste período legislativo, o Sr. Deputado João Greves já levantou o problema que tem a ver com a ligação àquela ilha.

Penso que a ligação ao Corvo e às Flores, neste capítulo, está conexas, porque, efectivamente, estas duas ilhas continuam a ter grandes problemas nas ligações por via aérea. E, neste momento, por exemplo, para a Ilha das Flores, à Terça e à Quinta-feira, é muito difícil lá chegar e ao fim de semana é mesmo impossível.

No fim do anterior período legislativo levantei aqui esta questão, porque no próprio dia em que terminaram os nossos trabalhos todos os Srs. Deputados chegaram às suas casas, e muito bem, e os deputados das Ilhas das Flores e Corvo só tiveram possibilidade de embarcarem aqui na Horta, na Terça-feira ao fim da tarde. Não levanto questão, pelo facto dos deputados chegarem às suas casas muitos dias depois do término dos nossos trabalhos, porque todos nós estamos a receber ajudas de custo, mas falo por aqueles que por motivo de doença ou por motivos de trabalho se deslocam das Ilhas das Flores e do Corvo para as outras ilhas e que ficam dias e dias à espera de transporte.

O problema que existe na Terça e na Quinta-feira para a Ilha das Flores, é pelo facto do avião que faz Terceira/Flores ser o "Dornier" e, portanto, a sua capacidade de oferta, neste período, só com um voo, é muito pequena.

Por outro lado, existe o problema das pessoas que da Horta desejam ir para aquela ilha, terem que ir à Terceira apanhar o avião para a Ilha das Flores. Portanto, esta é uma situação que tem que ser estudada, revista e equacionada, porque é impensável falar-se em turismo, e estamos ainda numa altura em que nas Flores aparece algum turismo, quando a pessoa programa a sua viagem para a Terça e Quinta-feira e diz-lhe pura e simplesmente que está em lista de espera, essa pessoa não está disposta a ficar mais um dia, onde quer que seja, à espera de ter transporte no dia seguinte ou daí a 3 dias.

Um outro aspecto que já por muitas vezes aqui trouxe e volto a repetir, é porque razão continuamos, teimosamente, a não ter voo ao fim de semana?

Foi feita uma experiência durante o Verão e esperamos saber os seus resultados. Pensamos que os resultados da experiência do Verão não serão elucidativos, porque disponibilizam-nos dois voos de um dia para o outro e muito cedo esses voos são retirados, praticamente em simultâneo.

Portanto, aquilo que nós entendemos e pensamos ser justo que, efectivamente, seja conseguido, é que, mesmo durante o Inverno e ao fim de semana, exista ligação com as ilhas do Grupo Ocidental.

Se nos colocam à Terça e à Quinta-feira o "Dornier", porque razão esse avião também não é disponibilizado ao Sábado para fazer a ligação de S. Miguel, Terceira e Faial com as Flores e o Corvo?

Penso, por um lado, que essa, sim, seria uma experiência digna, uma experiência que poderia dar alguma informação prática para o futuro e, por outro, estava-se a melhorar as ligações com aquela zona do arquipélago, contribuindo assim para quebrar o isolamento.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De barba rija e grada, voz rouca, olhos perdidos de inquietações, o homem de andar decidido e duas mãos cheias de vacas ordenhadas, entre chuvas e nevoeiros, só fica tranquilo quando ouve a voz da mulher saída do bolso de trás das calças de ganga-ruçada enviadas da América numa das últimas viagens do navio da saudade.

O José da Anica anda com fastio e está farto de comida de porco. Hoje, até dá jeito encomendar uma pizza de cogumelos e um bom frango de churrasco como nos tempos da guerra com loucura e sem glória à moda de Angola. Maria agradece. A parabólica do quintal das couves de Bruxelas colada ao curral das galinhas e a garantia de rever o Luís Goucha a mandar beijinhos para a Suíça, música do Ribatejo para a Austrália, massa folhada para Toronto ou galos de Barcelos para New Jersey.

Ao fim de semana na feira da farturas pagam com multibanco e levam um telemóvel de rebuçado. As carrinhas de caixa aberta invadem a cidade e as vacas completamente loucas folheiam na Internet.

Estes Filhos do Vento sabem, sentem, que o mundo dos outros está muito mais próximo: Che-Guevara reacende o mito e Diana quase morria em directo à saída da nossa porta.

Frenética sociedade de consumo que não deixa tempo para respirar. Para pensar. Absorvidos pela imposição do tempo ou da sua falta, aceitamos as contingências dum progresso acelerado, - por vezes desmedido e sem regras - que possam coabitar com os nossos apelos mais genuínos.

É inquestionável: Os Açores mudam todos os dias. Algumas vezes mal e depressa demais, outras bem e depressa de menos.

Mas se é verdade que, com o advento das auto-estradas da informação o mundo está muito mais perto deste arquipélago de cidadãos, não deixa de ser preocupante que o mero funcionamento das regras de mercado deixem os Açores deslumbrados e até inibidos de reclamar o direito à sua voz; se deixem afundar neste "descontentamento-contentamento" que pode prejudicar a inserção das nossas singularidades sócio-culturais num espaço mais amplo da comunidade nacional, relação com as comunidades emigrantes espalhadas pelo mundo e até paradoxalmente, alimentar o fosso entre "ilhas-grandes" e "ilhas- pequenas", "ilhas-mais-desenvolvidas" e "menos-desenvolvidas", "ilhas- mais-populosas " e "ilhas-mais-desertificadas".

Nos Açores as ilhas são gente apesar da geografia condicionar, quantas vezes, a vontade política. Gente com iguais deveres e iguais direitos.

Os Açores assumiram em 1976 um projecto colectivo e histórico: A Autonomia. Uma Autonomia mesmo que consolidada ao sabor de advertências externas, constituiu sempre motivo de salutar e ampla discussão.

A Informação foi então um factor importantíssimo de unidade e participação.

Os jornais eram lidos com entusiasmo; a rádio multiplicava os meios e renovava os quadros, a televisão ainda a dar os primeiros passos era feita sem meios, mas com seriedade e paixão.

Com debates e mesas redondas a Comunicação Social foi, então, nos Açores um grande espaço de diálogo e de formação de opinião que levou, incontestavelmente, à consciência e assunção colectivas do projecto autonómico.

Nunca esse ideário, a solidez das instituições, e as regras que consubstanciaram um determinado desenvolvimento, teriam ganho a sua força e prestígio sem a comunicação social, elemento fundamental e dinamizador da opinião pública das ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A prometida cobertura em todas as ilhas do Canal-1 da RTP para cumprimento duma determinada interpretação do que é serviço público de Televisão está substancialmente atrasada.

Embora se reconheça um esforço adicional por parte das entidades encarregadas de instalar os meios para a distribuição do sinal, a verdade é que as Ilhas Flores e Corvo continuam fora do baralho deste jogo sem muitas cartas para dar.

Enquanto as primeira e segunda fases estão calendarizadas, na melhor das hipóteses, para meados do próximo ano, a terceira fase que incluirá as Ilhas do Grupo Ocidental e outras zonas populacionais importantes de S. Miguel e até Velas de S. Jorge, ainda não estará devidamente definida, para prejuízo dos utentes e do próprio relançamento da RTP/Açores que precisa, tanto quanto se sabe, de adaptar-se urgentemente à nova realidade concorrencial.

Seria bom e oportuno que houvesse um entendimento capaz entre as Administrações da RTP e Portugal Telecom, ou alguém credenciado por elas, por forma a ultrapassar eventuais bloqueios que limitam sobremaneira o direito das populações de várias ilhas.

Mesmo que a solução mais viável, de resto, seja a instalação na Ilha das Flores de uma Estação Terrena de recepção de satélite que permitirá inclusive a expansão desejada dos operadores de Televisão por Cabo, a verdade é que o processo não pode perder-se infundavelmente nos Gabinetes à espera dum empurrão de sabor mais político.

É fundamental que essa cobertura se faça com urgência e qualidade, a fim de permitir o desdobramento das emissões, estimular a criatividade e a produção regional que

parece afogada numa crise de afirmação, não pela vontade dos seus profissionais, mas pelos condicionalismos a que está sujeita.

Basta dizer que há produtores e realizadores da RTP-Açores há mais de dois anos à espera de meios e oportunidade para montar os seus programas.

O material está obsoleto e os seus profissionais há muito que reclamam, entre outras coisas, por mais uma e moderna sala de montagem, sem a qual se atrofia aos poucos a expansão da RTP-Açores, o mesmo e dizer se anula a capacidade de corresponder de modo próprio aos desafios do mercado - por um lado e ao pulsar da sociedade, por outro.

Mas como poderemos esperar por tais investimentos se o relatório da "**Comissão de Reflexão Sobre o Futuro da Televisão**", encomendado pelo Governo da República, aponta precisamente para **a desoneração da RTP da gestão dos seus Centros Regionais, que deveriam ser claramente postos ao serviço das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores em condições que garantam a sua independência perante a administração e os poderes políticos e económicos locais (medida a relacionar com a efectivação da cobertura simultânea daqueles arquipélagos por um dos canais - pelo menos - de âmbito nacional).**

Curiosamente, esta Comissão, que de resto fez um excelente e exaustivo trabalho, não incluiu entre os seus distintos catorze elementos qualquer personalidade dos Açores ou com eles relacionados, nem tão pouco, entre as catorze instituições e ou individualidades de reconhecido mérito ouvidas na área de Comunicação Social, se distinguiu alguém minimamente identificado com o fenómeno televisivo açoriano.

Se tivermos em conta que o relatório entregue ao Governo da República, sublinha entre outras medidas: **A urgência em proceder ao saneamento económico-financeiro da RTP, nomeadamente através da consolidação do seu passivo, da autonomização dos Centros Regionais da Madeira e dos Açores e da transferência mediante contrapartidas do arquivo audiovisual para o Arquivo Nacional de Imagens em Movimento**, que se prepare para a RTP-Açores o seu crescente e passivo estrangulamento.

Entretanto, a disponibilidade do Canal Parlamento, a partir da Assembleia da República e assegurada pela TV-Cabo para o Continente Português, poderá chegar a

qualquer momento aos Açores. Mas a questão agora parece ser outra: Quem coloca este novo Canal Português no satélite? Quem paga o transporte do sinal para os Açores? É ou não um direito dos cidadãos açorianos acompanhar directa e integralmente algumas sessões da Assembleia da República?

E aqui nos Açores, pergunto eu uma vez mais, é ou não oportuno interrogarmo-nos sobre a importância dum canal semelhante a partir da Assembleia Legislativa Regional, desde que encontrados os meios financeiros e físicos adequados para o transporte do respectivo sinal (?)

Curiosamente está a decorrer a primeira experiência conjunta entre o Instituto Açoriano de Cultura, a Portugal Telecom, a RTP-Açores e a Cabo TV-Açoriana para a transmissão em directo da 12.^a Semana de Estudos - "Os Açores e o Mundo - O essencial no fim do século". Um tema sem dúvida aliciante.

Este é já um precedente histórico que confirma uma vontade e uma grande disponibilidade.

É evidente que a partir de agora nada poderá ser como antes.

Quanto ao Serviço Público de Radiodifusão confirma-se a intenção, de a curto prazo, ser instalada em Ponta Delgada, e porventura parte da Ilha de S. Miguel directa e integralmente de Lisboa a Antena-2, o canal mais erudito da RDP.

É uma medida importante, desde que não limitada única e exclusivamente a esse espaço geográfico e muito menos constitua a expressão mais simples de espartilhar ainda mais a RDP- Açores, que agora, tanto quanto sei, se vai chamar, a partir do dia 22, Antena-Açores ou Antena 1 nos Açores, passando, possivelmente, por cima de todos os decretos que existem.

Espero - porque não quero acreditar num olhar sobranceiro e redutor sobre os nossos destinos - que esta decisão tão determinada ponha em causa aquilo que é cada vez mais prioritário: a instalação da Segunda Rede F.M. que permita a valorização dos auditórios sejam eles universos dispersos e minoritários sejam amantes da expressão generalista e relevantes da afirmação cultural e política de âmbito local, regional e nacional.

Nos Açores subsistem populações rurais ao lado de populações urbanas que perspectivam necessidades específicas portadoras de referências e expectativas

merecedoras de uma atenção redobrada que permitam humanizar a sociedade das ilhas.

Os variados grupos etários, a distância, o isolamento e a solidão, a pertinência do mundo moderno e as heranças culturais mais enraizadas, são predomínio da nossa vocação!

Deixar que nos abafem sem voz alternativa, é subverter os princípios da nossa identidade, uma questão de nos sentirmos pertencer a uma comunidade de interesses com referências vivenciais comuns.

E como diz o Professor Machado Pires a propósito do futuro da televisão açoriana enquadrado nas novas alternativas de concorrência plural: **"Nada disso nos parece excluir emissões geradas nos Açores com produção local, para nós e para os outros. Não é só a Região que precisa receber informação de fora, mas tem o direito e o potencial cultural capaz de se fazer ver no resto do país e no mundo"**.

Começamos a sentir os efeitos da **Transnacionalização dos Media** que caracteriza o espaço europeu em que nos inserimos.

O sistema mediático está em constante mutação. As novas tecnologias promovem e condicionam estratégias empresariais.

O Mundo está cada vez mais acessível aos Açorianos. Ainda bem! Lamento, todavia, que este sufoco saudável seja tão repentino que não permita o redimensionamento exigível e atempado à subsistência das empresas de audio-visual de relevância regional e nacional.

Nesta medida, e por paradoxal que pareça, receio bem que a ausência de medidas oportunas e concertadas ou o adiamento destas, acentue a existência das novas e nossas assimetrias.

Por este andar, o José da Anica bem pode continuar na pastagem a encomendar por telemóvel churrasco à moda de Angola, enquanto a sua Maria se delicia com uma qualquer perseguição policial em Los Angeles ou um festival de Lusofonia na "Baía das Gatas"; mesmo que alheadamente os barcos rápidos se vejam gregos nas ondas do canal ou o Presidente da Casa do Povo reclame mais subsídio para o instrumental da sua filarmónica.

Espero que neste contexto os novos piratas invasores não transformem os indígenas em prisioneiros da sua própria terra.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria só de expressar a minha apreciação positiva pela intervenção do Sr. Deputado e a concordância em relação às matérias que aqui colocou.

Naturalmente, não incumbe, como sabe, às autoridades regionais tutelar ou decidir nestas áreas, mas repetidamente tenho afirmado que nós procuramos junto das instituições que têm essa competência, exercer a nossa influência e expressar os nossos pontos de vista, na defesa daquilo que consideramos, a cada momento, do interesse regional.

Devo-lhe dizer que no que diz respeito à TV-Cabo, essas preocupações também foram já por nós expressas e tenho a informação de que dentro de um mês, o mais tardar, não só essa empresa prestará um serviço em número de canais superior, eventualmente com a introdução de mais 6 canais, 4 ou 5 dos quais com tradução em língua portuguesa, como também o seu plano de investimentos, que foi revisto em baixa, não deixará, no entanto, de caminhar progressivamente para uma cobertura de cada vez maior dimensão regional.

Existe, portanto, o problema de timing nesta matéria, mas não de objectivo em relação à expansão da TV-Cabo.

Também temos insistido, como é público, e como outras instituições o têm feito, na melhoria da cobertura do Canal I da Televisão, embora não coloquemos essa aspiração no topo dos problemas do audiovisual nos Açores. Mas, já que esse Canal está no ar, pois que abranja o maior número possível de pessoas.

Já reuni também com responsáveis do Governo da República em relação a vários problemas da RTP-Açores. Desde logo, a comissão que elaborou esse estudo é uma comissão de peritos e fez um estudo centrado em preocupações meramente económico-empresariais e não representa nenhuma opção definitiva de carácter político.

A posição que Governo Regional já expressou junto do Governo da República, é que, quer a RTP-Açores permaneça com capitais públicos, quer exista algum processo de entrada de capitais privados, devido ou não da empresa-mãe, o Governo Regional entende que a função da RTP-Açores insere-se plenamente no conceito de serviço público, razão pela qual ou o Estado desenvolve essa função, mantendo a sua posição maioritária ou total no capital da empresa, ou contratualiza com o sector privado a prestação desse serviço público,...

Presidente: Sr. Presidente do Governo, está no fim do seu tempo.

O Orador: ...sendo certo que o Governo Regional dos Açores não deseja adquirir capitais da RTP-Açores, nem participar num processo de regionalização desta instituição.

Gostava, finalmente, de dizer que estou de acordo com muitas das observações, em relação aos problemas de equipamentos que envolvem, quer a RTP quer a RDP, particularmente esta última que atravessa uma fase de mudança para um novo edifício e o Governo Regional, no âmbito das suas disponibilidades orçamentais, ajuda simbolicamente, de forma a sinalizar com essa sua ajuda a eventual falta de ajudas de entidades terceiras e não, naturalmente, para resolver problemas que implicam custos financeiros muito elevados.

Também quero-lhe dizer, tal como tive oportunidade de responder ao Sr. Deputado numa intervenção há alguns meses atrás, que desenvolvi as diligências que estavam ao meu alcance, no sentido de criar-se um segundo Canal para a RDP nos Açores. Como vê, essas diligências também foram coroadas de êxito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Presidente acabou de falar no segundo canal da RDP e o que eu tenho defendido, nesta Casa, é precisamente a segunda Rede de Frequência Modulada da RDP, para que esta tenha dois canais que possa acudir, por um lado, às programações nacionais e, por outro, às emissões mais locais. O que está a acontecer é, precisamente, o contrário: é que no dia 22, a RDP-Açores que se chama Centro Regional dos Açores, passar-se-á a chamar, tanto quanto se sabe, Antena 1 - Açores, o que é substancialmente diferente e está a ser instalado em RDP 2, que é a RDP de música clássica, e que eu acho muito bem, mas não substitui de maneira alguma, porque se vai consubstanciar só a Ponta Delgada.

Portanto, penso que as prioridades é que foram completamente diferentes, e é essa a minha luta, porque enquanto se puser música clássica pelas ilhas todas, naturalmente que a RDP-Açores, aquela que tem 56 anos, fica mais estrangulada, porque tem compromissos com o seu estatuto de dar também e ser o canal nacional dos Açores. Isto estrangula toda a grelha de programação da sua única antena.

O que era preciso, para dar expressão e voz aos açorianos, os que estão cá e os que estão fora, era poder permitir, com tantos canais que agora há de televisão, através da TV-Cabo, que a rádio também se possa readaptar a essa nova realidade e possa ter um canal de emissão regional e outro canal mais misto, atendendo às minorias, mas feito a partir dos Açores, com programação nacional. Nós queremos abrir ao exterior recebendo, mas também levando a voz.

A introdução na Região de um só canal nacional, sem qualquer interferência regional, não vai permitir esta solução que eu há muito preconizo e os ouvintes exigem.

Portanto, penso que é preciso preparar um edifício, porque aquele da forma que está e que vai ser inaugurado em breve, se não houver uma forma de alternativa de sobrevivência ela vai ser cada vez mais estrangulada. O meu receio é que se em vez de andar para a frente, se ande para trás.

Por outro lado, o Sr. Presidente deu-me a entender que o Canal 1 da Televisão há-de chegar às ilhas paulatinamente, devagarinho...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não, é que há um cronograma.

O Orador: ... e quando chegar, chegou. Não faz pressão para isso.

Eu penso que as Flores e o Corvo estão numa terceira fase que não está calendarizada. Mesmo que os Açores venham a ter 80% da cobertura, as Ilhas das Flores e Corvo estarão automaticamente excluídas e julgo que não se pode ver os Açores apenas por percentagens económicas e por percentagens de pessoas, mas por ilhas. E, enquanto a televisão açoriana não tiver o Canal 1 totalmente coberto, não pode - e são os seus próprios profissionais que o dizem - expandir-se e criar uma nova situação estratégica para uma televisão mais açoriana. Isto parece-me ser preocupante.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP). Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Sidónio Bettencourt traz aqui mais uma faceta da quebra do isolamento, que tem a ver, efectivamente, também com aquilo que referi na minha intervenção inicial.

É outra quebra de isolamento, onde infelizmente quem está mais isolado são as ilhas do Grupo Ocidental.

Aliás, é caricato uma resposta recebida pelo Conselho de Ilha das Flores, há aproximadamente um mês, e proveniente da RTP-Açores, em resposta a um ofício anterior, onde se exigia que aquela empresa pública cumprisse aquilo que tem o dever de fazer, ou seja, tornasse clara todas as zonas escuras habitacionais da Ilha das Flores e onde se citava, inclusivamente, o caso duma localidade da ilha, onde se hoje é possível ver televisão com qualidade muito inferior àquela que é normal, foi porque uma das Câmaras Municipais, por processos pouco mais que artesanais, fez chegar o sinal a essa localidade. E, a resposta da RTP-Açores foi de que essa referida localidade tem muito poucos habitantes. Foi esta a única razão invocada para que, efectivamente, da parte da empresa pública, não haja uma maior preocupação em relação à chegada do sinal normal da RTP-Açores.

Portanto, o primeiro aspecto que eu queria referir é que, em nosso entender e como primeiro passo, já tarda que a RTP-Açores chegue efectivamente a todas as localidades desta Região.

O segundo aspecto tem a ver com a chegada do Canal 1, porque, efectivamente, por muitas e diversas vezes foi anunciado pelos mais diversos responsáveis políticos que o Canal 1 chegaria à Região Autónoma dos Açores e nós só podemos entender isso quando chegar a todas as ilhas e a todas as localidades da Região.

Infelizmente, até ao momento, ainda não ouvi, por um lado, ninguém dizer quando é que o Canal 1 chegaria às Ilhas das Flores e Corvo e, por outro, continuamos ainda com zonas escuras nestas ilhas. Esta é uma realidade. Penso, e é um dever, que tem de haver cada vez maior empenho no sentido deste problema ser resolvido de uma vez por todas.

Presidente: Não havendo mais intervenções para este debate, vamos regressar às nossas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Lamentavelmente não são apenas os nossos ilustres colegas deputados das Flores e do Corvo que não saem da Horta no dia em que pretendem. Nós, os chamados das ilhas privilegiadas, também não podemos muitas vezes sair da Horta na hora em que pretendemos.

Este é um problema que não é tão grave como o dos meus companheiros das Flores e do Corvo, mas no meu caso concreto, por compromissos inadiáveis, não tenho transporte hoje à tarde. Só tenho agora à hora do almoço e amanhã também há vários problemas. Seja como for, isto é para justificar que vou ter que me ausentar um pouco mais cedo do que gostaria, aqui do nosso Parlamento.

Nessa medida, aqui antes da ordem do dia, não queria deixar de me referir a uma matéria, que é importante e relevante para a Região, que tem a ver com a situação da compensação dos custos da insularidade e que vai ser alvo, durante este dia de trabalho, de tratamento no âmbito da Ordem do Dia, mas que, na minha óptica e na óptica do Partido Popular, gostaria de deixar a minha reflexão.

Não temos qualquer espécie de dúvida de que os açorianos legitimamente aspiram a uma compensação, em sequência dos custos da insularidade, que todos nós sentimos.

É posição do Partido Popular de longa data, que a Região adopte uma política geral e global no sentido de que, na prática, se traduza em compensações concretas para a nossa população.

Todos sabem e recordam as insistentes atitudes que temos assumido relativamente ao chamado preço nacional de energia ou até, nalguns casos, utilizamos o preço comunitário de energia, que durante longos anos foram aqui defendidos e, felizmente, no actual Programa do Governo há um compromisso no sentido de que se atinja o preço nacional de energia. Isto na prática traduz-se numa redução de cerca de 30% da factura da energia doméstica, para não falar na maior redução que teria lugar ao nível industrial, com as consequentes vantagens no tecido económico e no sector social.

Todos sabemos também as denúncias e as diligências por nós assumidas e por outras forças políticas, felizmente, relativamente à questão dos preços de transporte. Preços esses que afectam toda a população dos Açores, na perspectiva intra-regional e da Região para com o exterior.

Felizmente está consagrado no Programa do VII Governo Regional, os objectivos e compromissos, na linha da redução dos custos com transportes. Basta recordar que, para muitos açorianos, esta futura e eventual redução pode-se traduzir, para alguns, em dezenas de contos por ano e, para outros, pode-se traduzir na possibilidade e no direito de viajar ou de ter acesso a essa viagem, coisa que, infelizmente, largos sectores da população açoriana ainda não têm.

Custos de transporte de mercadoria e por aí fora...

Há um conjunto de medidas que fazem parte do pacote desta legislatura e que visam claramente combater a insularidade numa direcção universal. Isto é, para que todos os açorianos possam, eventualmente, beneficiar dessa situação.

O que muito recentemente irá acontecer, e infelizmente já deveria estar em curso, é por exemplo, os preços nacionais de livros e revistas, que são medidas concretas que visam exactamente igualizar as oportunidades e os custos a todos os cidadãos nacionais,

Quero com isto dizer que há um quadro que deve ser implementado o mais rapidamente possível. Aliás, nessa linha, é público a existência dum grupo de trabalho que engloba representantes da administração, de todas as sensibilidades

sindicais, que visa ou que tem como objectivo o estudo de situações que visem o combate ao acréscimo do custo de vida que, ao cabo e ao resto, na Região é o resultado dos custos da insularidade.

Daí que o Partido Popular entenda que, neste momento, não é oportuno, e dissemo-lo ao nível da Comissão, e por isso não viabilizaremos uma proposta sectária, uma proposta que visa contribuir para a resolução apenas dos funcionários públicos.

Isto, de resto, é uma questão que eu diria quase laboral. Se o Governo Regional, na óptica do Partido Popular, quer compensar os seus funcionários públicos, que o faça, e se calhar já o devia ter feito, porque moralmente todos nós sabemos as vantagens sociais e até económicas que isso acarretaria. É óbvio que eu também compreendo as desvantagens orçamentais que isso implica, mas isso é assunto que diz respeito ao Governo e não a mim que não sou governo. Nessa perspectiva, queria declarar aqui que ficaria muito satisfeito se o Governo Regional fizesse isso. Mas este é um problema que não é nosso, mas sim do Governo. É um problema laboral entre o Governo e os Sindicatos.

Se o Governo disser que sim aos seus trabalhadores, está o problema resolvido. Agora, o que nós entendemos é que a Assembleia, neste momento, não deve ser posta a resolver o problema dos trabalhadores da Administração e não resolver o problema do Povo Açoriano, porque há empresas nesta Região que resolvem o problema dos seus trabalhadores.

Eu conheço empresas que pagam nos Açores muito acima do salário mínimo, tarefas que são de salário mínimo, mas são empresas que têm uma visão social da sua actividade empresarial e pagam bem e, talvez, por isso tenham melhores trabalhadores.

A Administração Regional tem os trabalhadores que tem e paga o que paga. Portanto, isto é matéria, na nossa perspectiva, de âmbito laboral.

O que nós queremos é resolver o problema do combate à insularidade de todos os açorianos. E, isso é possível com algumas das medidas que estão em carteira e com outras que a nossa imaginação e a da Administração têm que descobrir.

Portanto, é nessa perspectiva que nós consideramos inoportuno, e não apoiaremos essa medida, e até é curioso verificar que grande parte dos sindicatos, que aspiram

naturalmente à existência duma remuneração complementar, neste momento não a reivindicam.

Portanto, todos os sindicatos que não são da área comunista, praticamente estão fora dessa exigência. Isto não tem aqui nenhuma crítica ideológica e cada um é da área que é, mas sejamos realistas: existe uma parte significativa do tecido sindical dos Açores que está numa postura de resolução global e integrada dessa situação.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Há ou não uma posição de coerência do Partido Popular nesta matéria? Entendemos que há, porque na fase do processo pré-eleitoral das regionais, o Partido Popular teve a honra e o gosto de, sobre essa matéria, trocar impressões e trabalhar com as forças sindicais do sector administrativo regional que, como sabemos, reivindicam legitimamente esta matéria, desde que ela foi retirada pelo PSD há uns anos atrás. A posição do Partido Popular transmitida às estruturas sindicais foi, grossomodo, esta que vos acabei de referir. Portanto, estamos de consciência tranquila.

Também estamos de consciência tranquila, porque em 1992 contribuímos para a introdução nos Açores duma remuneração complementar. E contribuímos porquê? Contribuímos, porque o governo da altura não tinha uma política global que visasse o combate objectivo dos custos da insularidade que nós aqui estamos a reivindicar. O governo da altura não se propunha baixar as tarifas eléctricas, mas sim aumentava essas tarifas. O governo da altura não se propunha baixar os custos com os transportes, mas sim aumentava-os, e por aí fora...

Quando se reivindicada uma acção no sentido do combate da consensualidade, a filosofia do governo da altura, da qual nós discordávamos, era de que ao aumentar o investimento público na Região de forma indirecta, estava-se a contribuir para a resolução dos custos da insularidade. Julgo que, globalmente, era essa a filosofia do governo da altura. E, perante isso, nós entendemos que, já que não havia perspectivas de resolver o problema dos açorianos em geral, pelo menos se resolvesse o problema dos funcionários da administração. Foi esse, digamos, o grande fundamento para se ter aprovado a remuneração complementar.

Ela foi retirada após o PSD retomar a maioria parlamentar.

Hoje estamos num quadro completamente diferente.

Para nós há uma linha de coerência, com falhas como todos têm, quando vamos assumir a posição de votar contra a resolução do problema pontual dos funcionários públicos, que o merecem, e na expectativa de que o Governo Regional vai resolvê-lo globalmente.

Mas, deixo já aqui uma declaração: se este Governo Regional, através desse grupo de trabalho ou de outro qualquer, não resolver e não der contributos claros para atenuar os custos da insularidade, na sua globalidade e para todos os açorianos, estamos aqui disponíveis para até ao fim desta Legislatura, que pode ser para o ano, daqui a dois anos ou para o mês que vem - quando o Governo detectar que não é capaz de resolver estes problemas com que se comprometeu perante os açorianos - para resolver o problema laboral, pelo menos, da função pública.

Portanto, repetiremos aqui em 1998, se for necessário, aquilo que fizemos em 1992 ou 1993, em relação ao _Governo do PSD. Basta que este Governo, nesta matéria, seja igual ao Governo do PSD de 1992.

Muito obrigado.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isso é uma ameaça?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado do CDS procurou trazer, no período de antes da ordem do dia, o início da discussão da matéria que está contemplada na ordem de trabalhos.

É evidente que nós não vamos entrar nessa de discutir no período de antes da ordem do dia a matéria da ordem de trabalhos. E, não o fazemos porque consideramos que é eticamente incorrecto, repito, o Partido Comunista Português considera que é eticamente incorrecto um qualquer Sr. Deputado procurar, num período destinado a determinada discussão, introduzir outra discussão já agendada.

Em face de determinadas afirmações que o Sr. Deputado fez, eu achei por bem também trazer aqui algumas considerações.

A primeira consideração que quero trazer é fazer a leitura, para recordar os Srs. Deputados, duma intervenção aqui feita na tribuna desta Assembleia pelo Sr.

Deputado Rui Meireles, em representação do CDS. E, dizia assim o Sr. ex-Deputado Rui Meireles:

"Não pensava intervir sobre esta matéria, mas já que se põem alguns problemas eu gostaria de esclarecer o meu ponto de vista.

Eu estou de acordo com a posição que alguns membros do Partido Social Democrata têm. Efectivamente, penso que eles expressam o desejo, que é comum a todos nós, no tratamento desta problemática, de que os benefícios sejam entendidos e sejam estendidos a toda a gente."

Aliás, até aqui coincide exactamente com aquilo que disse o Sr. Deputado actual do CDS.

Voltamos ao Deputado Rui Meireles que dizia:

"O que eu não percebo é que prejuízo ou quem é que sofre um prejuízo que é dado a alguém, isto é, que prejuízos, neste caso concreto, tem a outra sociedade com um benefício que seja dado aos funcionários públicos, por exemplo?

Prejuízo eu não vejo. O que eu vejo é o problema de eles não serem beneficiados, mas não prejudicados. O benefício de uns não significa o prejuízo de outros.

Estou de acordo com a ideia que os Srs. querem exprimir, isto é, que haja benefícios para toda a gente. Mas não podendo haver benefícios para toda a gente, quem os não recebe, obviamente que não tem prejuízo. O que não tem é o benefício.

Era só isto."

Acabei de ler, repito, uma intervenção proferida nesta Câmara pelo Sr. Deputado Rui Meireles, do CDS, no dia 12 de Dezembro de 1991.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Afinal, passaram estes anos todos e os tais benefícios, de que na altura já se falava, continuam iguais.

Há poucos dias, na minha conta bancária, descontei aquilo que a EDA facturou, relativamente ao consumo de energia e dá-me a impressão que a factura deste mês foi exactamente igual à factura de há seis meses.

Estou convencido que ninguém me garante que daqui a seis meses essa factura não seja exactamente igual.

Um outro aspecto que o Sr. Deputado do PP refere, é a classificação que ele dá aos sindicatos.

Nesta área também não me quero introduzir.

O Sr. Deputado diz que todos estes sindicatos que deram o parecer sobre a remuneração complementar, são sindicatos da área comunista. A classificação é sua. Eu não a aceito.

Estão aqui respostas de sindicatos, segundo creio, da CGTP, também da UGT e também de sindicatos que não estão ligados nem a uma nem a outra central sindical.

No entanto, a classificação dado pelo Sr. Deputado é da sua responsabilidade. Eu enjeito-a. Assumo essa responsabilidade.

Srs. Presidente e Srs. Deputados.

Os aspectos que têm a ver com os custos de insularidade, com o custo acrescido na Região e com a discussão propriamente dita, na generalidade e na especialidade, se assim for o entendimento dos Srs. Deputados sobre estas matérias, irei fazê-lo na altura própria, ou seja, no ponto da ordem de trabalhos que trata da Remuneração Complementar.

No entanto, antes de terminar, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado do PP: Se o Sr. Deputado sabe quando é que o preço nacional dos livros e revistas vai ser igual na Região Autónoma dos Açores?

Deputado João Cunha (PSD): Na Graciosa já são iguais!

O Orador: E, faço-o em função duma votação favorável que fiz aqui a uma proposta dele que, segundo creio e se a memória não me falha, tem a ver com esta matéria.

Digo isto, porque não sei se fui roubado a semana passada quando na Terceira comprei uma revista com um preço acrescido em relação ao Continente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Gostaria de referir e comentar alguns aspectos proferidos pelo Sr. Deputado Comunista, Paulo Valadão.

A primeira questão que ele se refere é "o eticamente incorrecto". Eu acho que toda esta Assembleia tem a oportunidade de fazer uma apreciação à ética do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Quem o anda aqui a ouvir nestes anos todos e referir-se às suas situações específicas, - eu até tive a atenção de explicar a esta Assembleia o motivo porque me ia ausentar, contra a minha vontade, dentro de poucos minutos desta Assembleia e utilizar um instrumento para contribuir e clarificar, por outras palavras, estava a pedir a compreensão desta Assembleia, e julgo que ela toda percebeu, para uma circunstância que felizmente não é muito usual, só que o Sr. Deputado realmente não percebe estas coisas isso é pedir-lhe demais! - e aos problemas específicos da Ilha da Flores que o Sr. Deputado traz aqui e nós temos que o ouvir. No fundo, são os **seus** problemas e não são só os problemas dos florentinos, porque aqueles que eu vejo aqui, na sua maior parte são problemas dele.

Deputado Paulo Valadão (PCP): São os problemas dos florentinos!

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Essa parte do "eticamente incorrecto", realmente foi de matar!

Por outro lado, queria reconhecer aqui uma observação que o Sr. Deputado Paulo Valadão fez relativamente à classificação que fiz de algumas dessas das centrais sindicais.

Eu reconheço, se calhar, que não fui feliz. Eu, de facto, utilizei o suporte ideológico de algumas das centrais sindicais e reconheço que poderia ter sido mais feliz.

O que eu referi aqui foi a parte da UGT e da Inter-Sindical. Fiz essa referência paralela e se a pudesse retirar retirava-a. Também disse aqui que não era no sentido pejorativo.

Fiquei muito satisfeito do Sr. Deputado Paulo Valadão ter feito aqui citações do Deputado Rui Meireles. Mas que honra! Ao fim destes anos todos, um homem que deu um contributo interessantíssimo para esta Casa, que foi líder do CDS na altura, ainda bem que foi aqui citado, aliás, numa bela citação e que traduz, grosso modo, aquilo que eu próprio aqui já referi.

A única diferença é que nós continuamos a apostar na resolução global do problema e temos agora indicações que não tínhamos há seis anos atrás, quando este processo esteve em curso.

Relativamente ainda à questão final da revistas e dos jornais, e o Sr. Deputado Paulo Valadão teve o cuidado de o referir, foi uma proposta do PP que foi aqui aprovada

por todos, no sentido de manifestar a nossa insatisfação, o nosso protesto, pelo facto do Governo da República não estar a cumprir com uma promessa que tinha feito a todos nós e com uma portaria que estava previamente assinada.

Têm surgido notícias frequentes sobre esta matéria. Nós somos os primeiros a lamentar isso, porque até fomos nós que trouxemos aqui propostas. Infelizmente, a parte da agência noticiosa dos governos é mais rápida do que propriamente o corrigir e legislar sobre as situações.

Presidente: O Sr. Deputado está no fim do seu tempo.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente.

As notícias são muitas.

Da parte do Partido Popular estamos dispostos aqui, todos os dias, a apresentar votos de protesto pela ineficácia e ineficiência governamental sobre estas matérias.

Parece-me que respondi a todas as questões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

É só para dizer que o decreto que regulamenta a igualdade de preços dos jornais, livros e revistas em todo o País já saíu há mais de um mês do Governo da República e foi promulgado, com data de 6 de Outubro, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo veio referir o decreto que foi publicado e nós já sabíamos que ele ia ser publicado, na medida em que este decreto esteve na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais e mereceu, na altura, o parecer favorável de todos os deputados dessa Comissão.

A realidade é que levou muito tempo até que essa solução fosse encontrada e, neste momento, ainda continuamos a ter o mesmo preço, embora aguardando que a situação seja resolvida.

No entanto, nós consideramos que não é com votos de protesto que estas situações se resolvem. Resolvem-se é com decretos legislativos regionais. Resolvem-se com os meios que nós temos em relação à matéria. E, por isso mesmo é que, em relação à remuneração complementar e para que os trabalhadores da função pública nesta Região estejam em igualdade de circunstâncias com os seus colegas do Continente, apresentámos o mecanismo próprio, que é o Projecto de Decreto Legislativo Regional.

No entanto, sobre esta matéria, como já disse, na altura própria farei a sua discussão.

Presidente: Voltando às nossas inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproximamo-nos a passos largos do final do primeiro ano de mandato deste Governo Regional Socialista.

Considero-o, sem qualquer dúvida, o melhor governo de sempre na gestão da imagem dos seus titulares, promovendo diariamente o marketing da convicção.

No sector agrícola a análise é facilitada não só pela ausência de novas decisões, mas também pela elaboração de autênticas peças jornalísticas, veículo das meias verdades protagonizadas pelo Secretário Regional da Agricultura.

Um bom exemplo disso foi a recente visita do Secretário Fernando Lopes à Feira de Gado da Ribeira Grande, uma operação de salvaguarda da sua imagem pessoal.

Pena é que o seu aparecimento em público, junto dos lavradores, apenas aconteça sempre que possa estar em causa o seu lugar como político.

Um Secretário que apenas agora torna pública a sua preocupação com aquele recinto, evidencia que lá já não aparece desde que tomou posse e só assim passa a ser matéria noticiosa.

Estranhámos que este titular não tenha aproveitado o momento para mostrar as suas preocupações sobre os apoios ao funcionamento do Parque de Leilões de Gado de

Palmela para permitir que se realizem com sucesso leilões de bovinos açorianos, ainda muito procurados pelo mercado continental.

Estranhámos que, ao verificar os baixos preços praticados aos produtores naquele recinto, não tenha assumido publicamente avançar com a promoção que se deseja da carne açoriana no Continente e na Madeira, uma promoção a sério, que permita também valorizar as carcaças que, abatidas na Região, são comercializadas no exterior.

Folhear o Jornal Oficial, visionar os Telejornais, ouvir as notícias radiofónicas ou os registos na imprensa, é o suficiente para reconhecer as mais evidentes contradições entre o prometido e a obra, entre a afirmação e a realidade.

Situemo-nos nos momentos mais importantes vividos pelo sector agro-pecuário, façamos uma análise aos critérios utilizados, às prioridades, à equidade das medidas e aos resultados obtidos.

Qualquer governo que se assume pela diferença do seu antecessor, pela verticalidade das suas posições, pela transparência das suas decisões não pode, passados tão poucos meses, esquecer o que está ainda na memória de todos.

Afirmar-se no presente não significa deixar de honrar o passado. Ao fim e ao cabo, o passado que em muitos casos continua a garantir o futuro.

Pior ainda é governar-se pondo em dúvida, a cada momento, o seu próprio Programa de Governo.

Senão vejamos:

Um partido que elegeu em campanha eleitoral a Agricultura como a Base Económica Regional.

Um Governo que decidiu promover o reforço das fileiras do leite e da carne.

Qualquer Secretário Regional que conheça o sector, percebe facilmente que não há fileira do leite sem vacas em produção, ou se não for potenciado o sector mais competitivo da nossa agricultura.

Com estes pressupostos como é possível que o seu responsável máximo afirme aos órgãos de comunicação social "... o actual executivo açoriano está apostado em afastar a monocultura da vaca da base económica regional."

É preciso que se entenda, de uma vez por todas, que pelo facto de na actividade agrícola a produção de leite e lacticínios se destacar dos restantes sub-sectores, quer em termos de ocupação dos solos quer em termos de valor acrescentado para a Região, não pode nem deve constituir um aspecto negativo nas interpretações que se fazem da nossa economia.

Um responsável pela agricultura não pode, em qualquer momento, fazer este tipo de afirmações. Se assim acontece, parte-se do princípio que se escreve de uma forma, mas se pensa de outra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para quem corroborou das opiniões do seu antecessor de que o sector necessita mais recursos financeiros, anunciando montantes invejáveis, não faz agora sentido que essa intenção não tenha reflexo nas decisões do dia a dia.

O discurso do Secretário Regional que antecedeu a distribuição dos documentos do Plano e Orçamento, é já o de chamar a atenção para uma política de contenção, de redefinição das prioridades o que considero a atitude contrária às facilidades há um ano proclamadas.

Quem apontou determinados níveis de investimento no sector, não pode justificar-se sistematicamente com o passado.

A situação financeira do sector agrícola, designadamente quanto às restrições que advêm do QCA II, foi sempre claramente apresentada nesta Assembleia e não pode por isso continuar a servir de argumento.

O acesso de novas candidaturas a programas de apoio ao investimento às empresas agrícolas, está seriamente comprometido em 1997.

Não é aceitável que um dos principais programas de apoio ao investimento na Agricultura, a Portaria n.º 25/95, não tenha ainda funcionado. O período de aceitação de projectos durante o mês de Fevereiro foi cancelado, acontecendo o mesmo com o período de Outubro, protelado de 17 Novembro a 17 de Dezembro, o que significa que passaremos a ter projectos em execução para meados do próximo ano.

Estamos a falar de um programa que, pelas candidaturas apresentadas durante 1995 e 1996, permitiu um volume de investimento de cerca de 3,5 milhões de contos.

Quanto ao sector do leite e lacticínios, o Secretário Regional já abandonou definitivamente a sua filosofia do funcionamento liberal da economia.

A sua ideia primária de que o Governo não deve intervir no funcionamento da economia e das empresas, de que nada tem a ver com o sucesso ou insucesso da iniciativa privada, parece ter sido abandonada.

O que constatamos, de facto, é que a S.R.A.P.A. decidiu intervir nos preços de leite, financiando a indústria e subsidiando as fábricas em situação financeira difícil.

Um importante investimento privado no sector do leite e lacticínios, foi já iniciado em S. Miguel. Trata-se da nova fábrica da Unileite, a verdadeira indústria da lavoura.

Pese embora se queira politicamente fazer crer que se trata de um novo investimento, consequência da política industrial deste Governo, o certo é que assim não acontece.

É sim um projecto da lavoura de S. Miguel, decidido há mais de três anos, enquadrado no programa de recuperação financeira aprovado pelo anterior governo.

Não faz sentido que nessa matéria não se honre o passado de quem decidiu que este era o melhor caminho a seguir, na salvaguarda dos interesses dos produtores micaelenses e do sector na Região.

É nestes momentos que se torna pertinente uma atitude humilde de quem governa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As quotas leiteiras, como decisão comunitária, constituem um factor limitador da produção, para um sector que, nos Açores e de acordo com os indicadores, continua em crescimento.

Os então anunciados 25 milhões de litros de novas quotas, das quais 15 milhões tinham origem na Reserva Nacional, parecem não satisfazer as necessidades de investimento do sector, face às candidaturas até agora apresentadas ou de eventuais intenções de investimento.

Não nos parece que nesta matéria o Governo da República e o Governo Regional consigam resolver o problema em mais um contacto telefónico, ao contrário do anunciado em campanha eleitoral pelo Secretário de Estado da Agricultura.

No que respeita ao sector da carne, três áreas têm sido sistematicamente anunciadas como prioridade deste Governo:

- Rede de Abate

- Certificação da carne

- Promoção da carne

As recentes notícias sobre a construção dos principais matadouros da Região, o Matadouro Industrial de S. Miguel e da Terceira, responsáveis por mais de 80% dos bovinos, só abrirão portas depois de 2001.

Para quem afirmou nesta Assembleia, como fez o Deputado Fernando Lopes, a 27 de Janeiro de 1993 e cito:

"Recentemente, o Director do IAMA, em conversa por mim requerida, disse-me que estava prevista a conclusão deste matadouro para daqui a cinco anos.

Eu penso que a urgência e a necessidade não se compadecem com cinco anos".

Parece-me, sim, que essa urgência já foi remetida para segundo plano.

Em relação à carne, como podemos entender que tenha sido publicitado um acordo entre o Governo Regional e o Grupo Jerónimo Martins, com um custo de 100 mil contos para o Orçamento Regional, para promoção da carne açoriana e por forma a garantir durante um ano um volume de negócios de 1,5 milhões de contos, sem qualquer sucesso.

Surgiu, então, o anúncio de novo acordo com outro grupo nacional.

Passado já algum tempo, não foram divulgados os montantes afectos à operação, que medidas concretas seriam adoptadas, que condições seriam oferecidas aos operadores regionais para que possam aceder às ajudas atribuídas ou de outros operadores nacionais que queiram comercializar a carne açoriana.

Diga-se, a propósito, está a ser vendida carne nas mais recentes estruturas comerciais de Lisboa, como sendo carne dos Açores, sem qualquer identificação, cartaz promocional ou selo, permitindo assim a prática de preços muito inferiores aos restantes praticados no mesmo local.

A promoção e comercialização da carne nos mercados externos à Região não se compadece com acordos pontuais com operadores continentais. Passa sim, por uma estratégia global dos Açores que permita, com critérios transparentes, a concorrência de operadores externos, e porque não regionais, na comercialização da nossa carne.

Ao falar nesta temática, complexa e com as mais variadas soluções possíveis, estou convicto, aliás, como já tenho defendido em diversas ocasiões, a adopção pela

Região, em regime de parceria entre o Governo Regional, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e a Federação Agrícola dos Açores, da necessidade de ser criado um Entreposto nos mercados de Lisboa e da Madeira que permita, recorrendo a financiamentos comunitários e à capacidade colectiva de vários investidores privados, a obtenção de áreas destinadas à armazenagem, promoção e pré-venda de produtos açorianos a executar por equipas especializadas.

Vencendo em economia de escala, seria possível obter entre outras as seguintes vantagens:

- Disponibilidade dos mais variados produtos açorianos próximo dos mercados exteriores;
- Redução substancial de custos de armazenagem e de processamento administrativo;.
- Intensificação de uma campanha promocional consistente e regular dos produtos dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, pela pessoa do Secretário da Agricultura, já pôs por várias vezes em causa a gestão das organizações de produtores, contestou a falta de critérios na atribuição de subsídios às associações e cooperativas e afirmou de forma determinante que, com este Governo, não haveria "filhos nem enteados".

O que constatamos recentemente é que a atribuição de subsídios a essas organizações é feita sem quaisquer critérios que respeitem a representatividade e a dimensão dessas organizações, bem como os serviços que prestam aos produtores, criando assim situações de graves injustiças.

A transparência dos actos públicos nessa área, contradizem perfeitamente os pressupostos anunciados há um ano.

É urgente, em nosso entender, a criação de um programa de apoio às organizações de agricultores, adequado às novas realidades e que enquadre estes financiamentos até ao início de funcionamento do eventual terceiro QCA.

Um programa que preveja apoiar a transferência de serviços de carácter público para as organizações, bem como de outros serviços que venham a contribuir para melhorar a informação e a modernização das empresas agrícolas.

Da mesma forma, é importante dignificar o trabalho de muitos quadros técnicos qualificados dos serviços da S.R.A.P.A que, apesar da sua competência, não se vêem integrados em projectos que contribuam para o desenvolvimento do sector e para os quais foram formados, estando remetidos a funcionários administrativos no preenchimento de candidaturas a subsídios.

É no quadro de relacionamento com as organizações de agricultores, que se poderá garantir um bom desempenho daqueles que têm vontade em fazer mais e melhor.

Para quem anunciou uma nova forma de encarar o diálogo com os parceiros sociais da Agricultura, o funcionamento do Conselho Regional de Agricultura não satisfaz. Nem pela regularidade em que reúne, nem pela forma em que as matérias de interesse para os vários sub-sectores da Agricultura são abordadas.

Diplomas que visem materializar as opções de política agrícola deste Governo, devem merecer um amplo e democrático debate no referido órgão.

Só assim se garantirá, sem subterfúgios, a sua aceitação pelos principais intervenientes, os empresários agrícolas, e permitir aos seus representantes uma visão regional dos aspectos inerentes a cada área específica e a cada uma das ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando a calamidade de Dezembro passado afectou os Açores, o Governo entendeu dar carácter urgente à intervenção financeira para minimizar o efeito dos prejuízos.

O sector agrícola foi utilizado, no quadro da catástrofe de então, como um sector substancialmente afectado e que rapidamente iria merecer intervenção financeira nas empresas agrícolas.

A publicação da Portaria n.º 23/97, de 3 de Abril, veio a verificar-se desastrosa, face à sua inadequada concepção e cuja aplicação criava situações de grande injustiça, tendo sido posteriormente substituída, já em 7 de Agosto, pela Portaria n.º 64/97.

Estranhámos que, apenas no passado mês de Setembro, tenham sido publicados em Jornal Oficial os subsídios das calamidades para a Agricultura, o que não significa terem sido pagos.

Pagos têm sido os subsídios até aos 50 contos, que não sendo do conhecimento público, iludem a resolução de muitos casos concretos.

A Agricultura não merece certamente nenhum "rendimento mínimo garantido", mas sim que se resolvam os problemas reais, alguns dos quais devem sê-lo pela actuação directa do Governo.

A propósito, também se fizeram importantes trabalhos nos caminhos agrícolas da Povoação, o que não aconteceu nos restantes Concelhos da Ilha de S. Miguel.

No entanto, passado tão pouco tempo, a degradação começa a ser evidente e se não existirem equipas preparadas para a manutenção dessas vias em cada um dos concelhos, não tarda que fiquem intransitáveis, pois nelas não foram providenciadas as tão importantes valetas e em muitos casos não se procedeu à compactação dos materiais utilizados.

Aliás, deve-se, em meu entender e de uma vez por todas, integrar os caminhos agrícolas no conceito de vias públicas com tratamento idêntico às restantes e merecendo a mesma atenção e o respeito por aqueles que nelas são obrigados a transitar.

Refira-se, a propósito, que os caminhos agrícolas e rurais constituem autênticas vias turísticas de acesso ao interior das nossas ilhas, tendo por isso uma importância que extravasa apenas o interesse sectorial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em matéria financeira, criou-se muita expectativa na utilização pelos Açores da Linha de Crédito Nacional de Desendividamento da Agricultura com os 150 milhões de contos anunciados pelo Ministro da Agricultura e prontamente assumidos pelo Governo Regional.

Esta atitude, que não é inédita, de remeter para o Governo da República as decisões sobre matérias de interesse da Região e com características de carácter específico, trouxeram não só um conjunto de procedimentos burocráticos que impedem o desejável acesso dos agricultores aos financiamentos previstos, sendo certo que a nossa realidade mereceria certamente a transferência para o Orçamento Regional de um montante da referida linha de crédito, gerido e decidido ao nível da Governação Regional e enquadrando critérios compatíveis com a nossa realidade agrícola, distinta da continental.

Autonomia, neste caso, significa decidir-se cá sobre o que é do nosso interesse e nunca remeter para terceiros os critérios de elegibilidade e as decisões que só à Região cabe assumir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está em discussão aquele que é sem dúvida o documento orientador das políticas a adoptar pela União Europeia no início do próximo século - a "Agenda 2000".

Estranho que o Conselho Regional de Agricultura não tenha ainda iniciado um processo de apresentação desse mesmo documento, procurando informar e sensibilizar os parceiros sociais para aquela que será a realidade no próximo século.

A Política Agrícola Comum, considerada a mais importante da União e para a qual é canalizada a maior parte das verbas do Orçamento Comunitário, vai merecer profundas alterações, quer nos seus objectivos e medidas quer no montante das ajudas para cada um dos subsectores da Agricultura.

Não fez sentido criar a ilusão de que os Açores poderão intervir conseguindo alterar os objectivos da Comissão Europeia.

Impõe-se, contudo, o debate ao mais ínfimo pormenor do que está a ser decidido para a política agrícola do futuro, mantendo assim devidamente informados os empresários agrícolas.

Apesar da inclusão, no texto do Tratado da União, de um artigo que reconhece a especificidade das regiões insulares e ultraperiféricas, não se vislumbra do documento "Agenda 2000", em matéria de política agrícola, a manutenção dos pressupostos que estão na base do Poseima.

É, por isso, de carácter muito urgente que o Governo Regional e o Governo da República se posicionem com firmeza e determinação, na obtenção de um programa que garanta a adopção de medidas aos Açores que permitam a convergência real do sector aos níveis médios sociais e económicos da União Europeia.

A sujeição a handicaps de carácter permanente deve merecer, do Parlamento Europeu, da Comissão e do Conselho, claros entendimentos no sentido da aprovação de programas comunitários dirigidos a regiões como a nossa.

É evidente que as propostas que possam emanar da Região e do Estado-Membro Português necessitam da posição consensual dos parceiros sociais.

Com todas as questões ainda sem resposta e com as expectativas goradas de uma governação decididamente diferente, para quem diz que foi um ano de uma mão cheia, eu diria mais:

Foi de uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para esclarecer sobre algumas das muitas afirmações feitas aqui pelo Sr. Deputado António Almeida.

Algumas inverdades, algumas incorrecções e algumas citações provavelmente abusivas.

Primeiro ponto, nunca, em termos conceptuais, eu considerei que havia uma monocultura da vaca. Portanto, a afirmação que me imputa é completamente deslocada e mal citada.

Nunca em documento algum, científico ou político, eu escrevi que havia uma monocultura da vaca, porque, do ponto de vista científico, esse conceito é errado. É um conceito do senso comum que é utilizado, tendo em vista a predominância da agro-pecuária, mas que do ponto de vista conceptual nós não vivemos numa economia de plantação, numa economia colonial. Portanto, o conceito em si, para já, é errado. É, de facto, algo que me é atribuído pelo Sr. Deputado António Almeida e que não corresponde à verdade.

Uma outra afirmação, é de que a Fábrica da Unileite não é um novo projecto, mas que está enquadrado no Programa de Reequilíbrio Financeiro e, portanto, só pode ser atribuível à Unileite.

O que é um facto é que quem aprovou, na unidade de gestão, este projecto foi este Governo.

Quem tem desbloqueado todas as dificuldades financeiras para o prosseguimento deste projecto foi este Governo.

É evidente que o projecto tinha entrado no IFADAP anteriormente, mas também é verdade que nunca ninguém, nem em campanha eleitoral nem depois, teve a coragem de dizer que ia apoiar este projecto, dizendo concretamente quando e como.

Uma outra citação aqui feita de que eu tinha tido uma conversa com o antigo presidente do IAMA, tive-a, sim senhor, em 1992 - julgo que é a data precisa - quando da primeira campanha eleitoral, na primeira vez que me candidatei a deputado por esta Casa e que perguntei ao Sr. Luís Henrique Sequeira como é que estava o projecto do Matadouro Industrial de S. Miguel e ele disse-me que estava pronto para arrancar. Se são cinco anos eu não me recordo com precisão, mas se assim é, então já devia estar pronto em 1997. O que é um facto é que não estava pronto; é um facto também que o projecto não estava em condições. O que é um facto é que coisas tão simples como, por exemplo, assegurar o abastecimento de água ou o acesso à rede de esgotos desse matadouro, não estava feito e foi preciso assegurar isso.

Mas, o que é um facto também é que este Governo já tomou a decisão de que vai avançar com o Matadouro Industrial de S. Miguel, que é uma peça fundamental da rede de abate que fez parte do seu Programa de Governo.

É verdade que nós redefinimos prioridades, ou seja, havia prioridades definidas que vinham de trás e nós, neste momento, estamos a redefinir prioridades de acordo com o nosso Programa de Governo.

É verdade que vamos avançar com esse matadouro, porque sem ele não há intervenção, sem ele não há exportação, ou seja, sem uma rede de abate devidamente estruturada não se pode também avançar para a certificação e para a promoção que são três peças fundamentais da política deste Governo para o sector da carne.

Presidente: Sr. Secretário, está no fim do seu tempo.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu voltarei se for caso disso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Longe de mim utilizar uma afirmação sua sem qualquer fundamento.

Posso-lhe facultar uma fotocópia do Diário de Notícias da Madeira, de 26 de Setembro de 1997, onde poderá ler-se precisamente que Fernando Lopes disse o seguinte: "por estes e outros casos é que o actual executivo açoriano está apostado em afastar a monocultura da vaca, da base económica regional".

Já é a segunda vez que faço afirmações com base em registo na comunicação social, que o Sr. Secretário repudia e diz que não disse.

Em relação à questão da Unileite e até em relação à Rede de Abate, devo dizer-lhe que qualquer investimento não começa, obviamente, com o início da sua construção. Começa quando se decide; começa quando se defende a sua orientação. Foi assim que aconteceu com a Unileite e aqui o dissemos na altura da votação dum voto de congratulação.

Em relação à Rede de Abate, o Sr. Secretário o que poderá dizer é que este Governo comunga da orientação do governo anterior,...

(Risos do Presidente do Governo)

...em avançar com a Rede de Abate nas condições desejadas e integradas na tipologia de investimento, necessárias na União Europeia.

Repare-se que o Sr. quando assume a titularidade do seu cargo, já o projecto do Matadouro de S. Miguel estava praticamente concluído.

É um exemplo evidente de que em nada se alterou a orientação do anterior governo

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado, quero-lhe dizer que nunca prestei declarações a esse jornal!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para que é que existe então um assessor de imprensa?!

O Orador: Portanto, se de facto alguém faz citações ou cita o meu nome, está a fazê-lo abusivamente, porque eu nunca fiz declarações a esse jornal. Espero que esteja esclarecido.

Mais uma vez, quero dizer que não é lícito utilizar e adquirir como dado, determinadas afirmações em determinados órgãos de imprensa como pertencendo ao próprio.

Como sabe, eu não escrevo jornais nem nenhum de nós, infelizmente ou felizmente nalguns casos. Portanto, o que lá está não é da nossa inteira responsabilidade.

Por outro lado, penso que também esclareci aqui que, do ponto de vista conceptual científico, nunca defendi nem defendo esse conceito da monocultura da vaca.

Que fique aqui bem claro. Já o fazia em termos científicos e continuo a fazê-lo em termos políticos. Acho que é incorrecto. É um instrumento operacional que não permite ir longe em termos de compreensão do que é que é esta realidade e o primeiro passo para definir políticas é compreender correctamente a realidade em que estamos.

Agora, o que defendo e sempre defendi é que, de facto, o sector agro-pecuário é um sector fundamental, do ponto de vista económico, do ponto de vista social, nesta Região. Por isso mesmo, também defendi, antes e agora, e está escrito neste Programa de Governo, que é preciso dar prioridade em termos de financiamento ao sector agrícola, ao sector agro-pecuário, etc.... Há quem lhe chame os sectores tradicionais: Nós chamámos-lhe, por exemplo, base económica. Existem diversos conceitos económicos que podem ser utilizados.

No que respeita a algo que disse aqui sobre o projecto do matadouro, que nós estamos a continuar, é um projecto que levou tempo a fazer.

Se já estava quase pronto em 92, segundo as palavras do Dr. Luís Henrique, e em 97 nós não o acabámos, de facto, cinco anos é obra!

Espero levar muito menos tempo a construir o matadouro.

Deputado José Maria Bairos (PSD): No ano de 2005!

O Orador: Continuando, eu queria também aqui corrigir outras declarações que não são verdades.

Em primeiro lugar, não é verdade que só se repararam caminhos no Concelho da Povoação. O que é verdade é que, sendo a Povoação um concelho duramente atingido pelos temporais, teve que ser dada prioridade a esse concelho.

Posso-lhe dizer que foram reparados 71 km de caminhos na Povoação.

No Nordeste foram reparados 57,4 km de caminhos.

No Concelho de Vila Franca do Campo foram reparados 32 km.

Na Lagoa, menos atingida na área dos caminhos rurais, também foram reparados 2 km.

No Concelho de Ponta Delgada foram reparados 11 km de caminhos.

No Concelho de Ribeira Grande 14,4 km.

Tudo isto foi feito directamente, num total, até às últimas chuvadas de Setembro, de 185 km.

A partir desta altura, já se reparou mais e teve-se que refazer algum trabalho que estava a ser feito, nomeadamente 2 km no Monte Escuro, que foram completamente destruídos pelas chuvadas de Setembro.

Para quem não fez nada é muito km!

Não tenho aqui, infelizmente, a estatística do que se fez nas outras ilhas, mas também há intervenções de fundo noutras ilhas, que nalguns casos foi de mera limpeza e noutros de reparações efectivas. Não tenho também aqui, por exemplo, a estatística da Flores, mas vou prepará-la para a trazer a esta Casa numa próxima ocasião.

Não é verdade, de facto, o que afirma o Sr. Deputado, de que só se reparou caminhos.

Presidente: Sr. Secretário, está no fim do seu tempo.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente.

Fica para uma próxima ocasião.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Tenho muito gosto em facultar-lhe a fotocópia do artigo que fiz referência e agradecia que se está convicto de que não prestou nenhuma declaração a este jornal, faça um desmentido ou até se o entender processe o jornalista que faz afirmações indevidas em seu nome.

Em relação à questão do matadouro, eu não disse, apenas citei as suas afirmações em 27 de Janeiro de 93.

O que o Dr. Luís Henrique, director do IAMA, havia dito na altura era de que dali a cinco anos previa a construção do matadouro. E o que disse na altura foi que a urgência não se compadecia com cinco anos.

Estamos a ver que já protelou aquilo que era iniciar em 97, para 98 e só teremos o Matadouro Industrial de S. Miguel no ano de 2001, depois desta Legislatura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, o Sr. Deputado António Almeida anda com dificuldades em fazer contas, em compreender estas coisas.

Com efeito, é verdade que eu tive essa conversa e até foi na presença duma pessoa que na altura era candidato também a deputado e que hoje em dia é Presidente da Associação Agrícola de S. Miguel. Foi na presença dele e tivemos os dois essa conversa com o Sr. Dr. Luís Henrique. Não sei se ele se recorda, mas eu depois fiz a afirmação aqui nesta Casa sobre isso.

No que respeita ao adiamento, eu posso-lhe dizer que a rede de matadouros e a sua concepção está prevista em diploma oficial, publicado, não sei a data precisa, desde 1980 e qualquer coisa. É muito tempo para ter uma filosofia. Já lá vão quase 17 anos desde a concepção. É muito tempo para projectar. É muito tempo para maquinar. É pouca obra feita neste campo.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: No que respeita à "Agenda 2000", "a procissão ainda vai no adro", Sr. Deputado!

Provavelmente o Sr. também não teve noutro sítio. Não teve, por exemplo, no colóquio que eu presidi, que foi organizado pela Associação Agrícola, em colaboração com a CAP.

Deputado António Almeida (PSD): Eu estive lá!

O Orador: O Sr. esteve lá e então não ouviu dizer que o Governo ia preparar, em colaboração com as Associações, com todos os interessados no sector, um Fórum Agrícola 2000, onde se ia discutir publicamente, durante o ano de 98, este problema. Não ouviu lá dizer isso?! Então porque é que vem agora dizer que não se fez nenhuma afirmações sobre o assunto? Não ouviu o meu discurso lá sobre as sugestões da "Agenda 2000" e sobre as expressões que eu tomei?! Anda muito esquecido!

Também anda muito esquecido quando diz que eu nunca fui ao mercado do gado. Por acaso encontrámo-nos lá variadas vezes, enquanto deputados e enquanto não deputados.

Também lhe posso dizer que esta não é a primeira vez que vou lá, já depois de ser Secretário. Esta foi talvez a vez em que os jornais deram maior cobertura a essa visita.

Esta é a verdade. Mas não só quando os jornais dão cobertura nós vamos aos sítios.

No que respeita à linha do desendividamento, é uma opção sua de que era melhor ter um "bolinho" separado aqui no Orçamento Regional de um milhão ou dois para definirmos critérios. Ora, eu acho que isso é errado e defendi-o, porque julgo que nós devemos aceder, aqui na Região, em iguais circunstâncias, aos mesmos instrumentos financeiros que o resto dos agricultores neste país acede.

Por isso é que defendi que os açorianos deviam ter acesso à linha do endividamento dos 150 milhões.

Que existem, de facto, condicionalismos burocráticos que no Continente e aqui, porventura, poderão ter impedido um acesso talvez maior do que aquele que era desejável. Isso é verdade, mas foram as condições possíveis no âmbito das regras da concorrência europeias.

Por outro lado, também lhe posso dizer que ainda outro dia tive uma conversa com o Sr. Presidente da Uniqueijo em que ele me dizia que esta linha de desendividamento tinha sido uma benesse para aquela empresa, que vai ser uma benesse para muitas cooperativas e que não vai custar um tostão ao Governo Regional.

Portanto, para quem não fez nada, para quem tem uma mão cheia de coisas vazias, são de facto incríveis as afirmações que vem aqui fazer.

É incrível que se esqueça, por exemplo, dos atrasos no pagamento do leite por todas estas ilhas, aqui no Faial, no Pico, nas Flores, à data da entrada em funções deste Governo. É incrível que também não diga aqui que este Governo começou a repôr esses atrasos. Que este Governo nas Flores, embora eu tenha aqui já dito que é difícil manter aquela fábrica, está lá financeiramente a sustentá-la e a apostar, por vezes quando os próprios lavradores descrêem, na continuação daquela fábrica, porque é importante para as Flores.

Presidente: O Sr. Secretário já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal para pedidos de esclarecimento.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou aproveitar esta oportunidade, sobretudo na presença do Sr. Secretário Regional da Agricultura, para lhe colocar uma questão relativamente à Ilha do Faial e que se prende justamente com o facto que agora acabou de referir, que é o atraso do pagamento do leite em que muitos lavradores que eram fornecedores da LAFAL conheceram.

Foi, salvo erro, no início do Verão que alguns órgãos de comunicação social informaram que o Sr. Secretário havia assumido o compromisso do pagamento de 20%, desde que os lavradores passassem a entregar o leite na Cooperativa de Lacticínios.

Porque já se passaram cerca de três meses e porque os lavradores entretanto ainda não receberam nenhuma da verba que havia sido referida, eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário para quando é que está prevista a entrega aos lavradores dos 20% do valor em dívida que a LAFAL tinha para com eles, uma vez que estes lavradores, no seu conjunto, já levam perto ou mais de um ano de atraso e logicamente que esta situação é bastante aflitiva para eles?.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O meu colega António Almeida falava aqui há bocadinho acerca do Parque de Leilões de Palmela.

O Parque de gado de Palmela é de extrema importância para os Açores e digo isto, porque enquanto na Região se vende animais a 200 e poucos escudos o quilo, estes no recinto de leilões de Palmela, vendiam-se este mês a 350, 400 e a 500 escudos o quilo.

Mas, infelizmente o parque necessita de alguns arranjos e isto custa dinheiro e só com o apoio do Governo Regional podemos chegar a bom porto, porque a Federação Agrícola dos Açores não dispõe de meios financeiros para suportar estes encargos.

Gostaria, no entanto, que o Sr. Secretário me dissesse se já estão a ser tomadas algumas providências no sentido de atenuar esta situação?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com respeito à pergunta que me foi feita sobre o pagamento prometido publicamente, aliás, em audiência aos lavradores que se integraram na LAFAL, devo dizer que a Portaria está publicada e uma vez que o pagamento não estava a ser feito rapidamente, eu próprio estive a verificar nas folhas o que é que se passava, e descobri que aqui há uma transferência interna entre rúbricas que não estava a ser feita e que a atrasou durante alguns dias. Penso que isto já está resolvido e dentro de poucos dias vai chegar.

Aliás, eu próprio estava preocupado, porque eu fiz essa promessa, mas é evidente que também não tenho total controlo sobre as operações em termos financeiros. Mas, eu estou a seguir este assunto com atenção, porque acho que é devido.

Há algo que eu tenho de afirmar aqui: eu por vezes recuso-me a fazer promessas fáceis, mas tenho uma coisa que costumo fazer que é, e adoptei como princípio, aquilo que eu prometo e que digo claramente, eu faço. Às vezes pode levar mais ou menos tempo, porque nem tudo está sob o nosso controlo.

No que repeita ao Parque de Palmela, existe, de facto, um problema com este Parque. Este é um problema que se arrasta há anos. Arrasta-se mesmo antes do governo anterior e nunca foi resolvido e ultimamente complicou-se. Aliás, o anterior Presidente da Federação confessava isso e a Federação nunca conseguiu chegar a acordo com a CAP, porque o Parque de Palmela foi transferido para a CAP e esta queria sub-arrendá-lo à Região.

Por outro lado, o Ministério da Agricultura também não concordava com esse sub-arrendamento e achava ser uma exploração.

Posso-lhe dizer, exactamente, que no colóquio a que eu presidi, e em que esteve presente o Sr. Deputado António Almeida, eu conversei com o Sr. Presidente da CAP e combinámos que nos havíamos de ver numa próxima ocasião, para tentarmos resolver isto de vez.

Ele também se comprometeu a fazer uma coisa que está a decorrer hoje, provavelmente não em muito boas condições, porque o Parque se degradou muito, a assegurar que os leilões funcionem, porque a CAP não garantiu a manutenção daquele Parque, não assegurou o fornecimento de água, a bomba de fornecimento de água ao gado estava estragada e havia quem quisesse que nós pagássemos e eu disse que não ia pagar. O Governo desta Região não pode pagar por uma coisa que não é sua.

Vamos definir o protocolo de cooperação, de modo a que se viabilize a utilização desse parque em melhores condições para a lavoura desta Região.

É isso que estou a fazer e confio na boa palavra do Sr. Presidente da CAP.

Mas isso é uma questão que pertence ao passado. Não foi conseguido no passado e neste momento o que me interessa é, de facto, que quem tem necessidade o possa utilizar em condições que sejam dignas.

Presidente: Está no fim do seu tempo, Sr. Secretário.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes para uma intervenção.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muitos seriam os motivos e razões de queixa dos corvinos para uma vez mais trazer a esta tribuna.

No entanto, abordarei apenas aquele que me parece, neste momento, o que revela maior acuidade e que se relaciona com a exportação de gado vivo da nossa ilha para o Continente.

Não sou o primeiro a fazê-lo e provavelmente não serei o último.

Vejamos então os caminhos tortuosos (caminho marítimo, entenda-se), que os nossos animais têm de percorrer, desde o Grupo Ocidental da nossa Região até ao Continente.

Repito, Região, para, Senhor Presidente e Senhores Deputados, acentuar a discriminação negativa que estas duas ilhas continuam a sofrer, e pior ainda, não vislumbramos **novas medidas do novo Governo** que há um ano atrás, exactamente na altura em que não tinha responsabilidades governativas, para tudo e para todos tinha soluções.

Façamos então o percurso do gado vivo que sai do Corvo e das Flores.

Geralmente o embarque no Corvo é feito no sábado ou domingo com destino às Flores. Nesta ilha faz-se o transbordo para outro barco, desta vez, com destino à Ilha Terceira, desta para a ilha do Faial, daí para São Miguel e só depois, finalmente, para Lisboa. Nem mais nem menos que nove a dez dias de viagem e nas condições que os Senhores Deputados acabam de ouvir!

Quando olhamos para esta situação, logo nos damos conta de que mais um sacrifício é imposto aos nossos lavradores para não falar no desgaste que esta aventura marítima provoca nos respectivos animais.

Em cada viagem há uma redução do número de cabeças de gado na ordem dos 12% aproximadamente. Isto significa milhares de contos de prejuízo para os agricultores e, como é óbvio, acaba por se reflectir negativamente na economia destas duas ilhas. Espero que o Governo Regional fique devidamente atento para este problema e que intervenha, neste caso, no sentido de resolver rapidamente mais esta desigualdade que, entre outras, estamos cansados de suportar.

Que haja diálogo entre as partes, ou seja, Governo e Companhias de Navegação Marítima se entendam e que daí possam nascer resultados positivos em benefício de todos os Corvinos e Florentinos.

Todos sabemos que a mais valia dos nossos agricultores, em termos económicos, é gerada e tem por base a agro-pecuária.

Logo, a resolução deste problema em muito ajudaria a já debilitada economia do Corvo e das Flores.

Já agora, e porque ainda disponho de tempo, queria abordar outro problema que se prende com a área da saúde.

Já se passou um ano desde que foi instalado o equipamento para Estomatologia no Posto Clínico do Corvo. Até agora o referido material não foi usado. Não percebemos porquê?! Certamente que não será por falta de dentista. E digo isto porque sei de alguns que já se disponibilizaram para o efeito e até agora nenhuma medida concreta foi tomada para resolver esta situação.

Deixo, em jeito de alerta, mais esta modesta contribuição que mais não é do que o sentir da população que me elegeu.

Disse.

Deputado José Maria Bairos (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Com esta intervenção encerramos o Período de Antes da Ordem do Dia destinado a intervenções de interesse político relevante feitas pelos Srs. Deputados.

Vamos passar à **Ordem do Dia**, cujo 1.º ponto é a Proposta de Decreto Legislativo Regional - "**Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 11/87/A, de 26 de Junho - Competências do Presidente do Conselho de Administração do Centro de Gestão Financeira da Segurança Social**".

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para fazer a apresentação desta proposta.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O diploma que aqui está para discussão é um diploma que visa racionalizar a gestão do instituto, dando mais competências ao seu Presidente e eliminando um conjunto de cargos que ao longo do tempo se manifestaram como desnecessários.

Portanto, por um lado, é uma pequena alteração que visa reduzir o número de dirigentes, porque se considerou desnecessário aquelas pessoas e por outro aumentar as competências do seu Presidente por forma a que ele possa ter também uma função de homogeneização entre a forma como funcionam os diversos organismos que estão tutelados.

Presidente: Parecendo não haver mais inscrições para o debate na generalidade, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma na generalidade, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão na especialidade.

Está à discussão o artigo 1.º que dá nova redacção aos artigos 4.º, 12.º, n.º 2, 13.º, 14.º, n.º 1 e 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/87/A.

Uma vez que não há propostas de alteração, vamos fazer a discussão e votação em conjunto.

Está aberta a discussão na especialidade sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A introdução das medidas constantes na Proposta de Decreto Legislativo Regional irá dotar os Serviços do Instituto de Gestão de Regimes de Segurança Social de maior funcionalidade, uniformização de procedimentos entre os seus serviços, ajustando-os a princípios de racionalidade, eficácia e redução dos custos da Administração Regional, responsabilizando ainda mais os seus gestores.

Dado o interesse de que se reveste o conteúdo do diploma na melhoria do bom funcionamento da Administração Regional, o Grupo Parlamentar do PS votará a favor.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções na especialidade, vamos passar à votação.

Vamos votar o artigo 1.º, e peço a atenção dos Srs. Deputados para isso, que inclui a nova redacção para os artigos 4.º, 12.º, n.º 2, 13.º, 14.º, n.º 1 e 18.º do D.L.R. n.º 11/87/A.

Os Srs. Deputados que concordam na especialidade com este artigo 1.º, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, na globalidade, com o diploma que acaba de ser aprovado na generalidade e especialidade, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado em votação final global, por unanimidade.

Presidente: A redacção final do diploma fica cometida à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Vamos passar ao Ponto n.º 2 - **Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a "Remuneração Complementar"**, da autoria do PCP.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para fazer a sua apresentação.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Vamos analisar matéria que diz respeito a todos os trabalhadores da Administração Pública Regional e Local.

Com este Projecto de Decreto Legislativo Regional procura-se dar um contributo, no sentido de que os agentes da Administração Pública Regional e Local possam ter um nível médio de vida, semelhante àqueles trabalhadores e com iguais categorias a nível nacional.

Neste momento, efectivamente, é reconhecido por todos que continua a haver uma diferença média do nível de vida entre a Região e o Continente.

Em nosso entender, o problema fundamental que se põe a esta Assembleia é se se quer que a especificidade da Região Autónoma dos Açores vá ao encontro duma governação a favor das pessoas, ou se, pelo contrário, se se quer que a governação seja alheia ao interesse das próprias pessoas.

O nosso Projecto de Decreto Legislativo Regional visa corrigir diferenças. É uma proposta concreta, no sentido de uma governação ao serviço das pessoas, de uma governação ao serviço dos trabalhadores da Administração Pública Regional e Local. É certo que consideramos ser necessário a existência de medidas específicas de apoio às empresas, de redução de custos financeiros e económicos que garantam uma verdadeira justiça na Região Autónoma dos Açores. Mas, essa justiça, em nosso entender, passa também por uma justiça remuneratória verdadeira.

Para nós essa justiça remuneratória verdadeira baseia-se na luta contra as desigualdades entre o nível de vida aqui na Região e o nível de vida no Continente.

Por outro lado, não referimos a Região Autónoma da Madeira e não a referimos, exactamente, porque esta correcção das desigualdades das diferenças médias do nível de vida, no que diz respeito aos funcionários públicos regionais, na Região Autónoma da Madeira, já foi consignado há vários anos.

Por isso mesmo, pensamos que esta medida, nesta Região, é fundamental, é necessária hoje. E, não me venham dizer que se pretende que todas as pessoas dela beneficiem, porque, efectivamente, no dia em que se tornar desnecessário medidas correctoras entre a Região e o Continente, pois esta Assembleia teria todos os poderes para revogar aquilo que fosse de privilégio dos funcionários da Região, em função dos outros funcionários do país.

A realidade é que, neste momento e no modo como vivemos, esta medida continua a ser necessária hoje, como era necessária há alguns anos, porque efectivamente a situação de hoje é exactamente igual à que se vivia no ano passado, há dois ou mais anos.

Um outro aspecto que penso que é importante realçar, é o facto de nós, Assembleia Legislativa Regional, termos as nossas competências e essas competências são

exactamente aquelas que nos permitem legislar em relação a estes trabalhadores. Portanto, é uma competência que nos cabe, é uma competência que nos assiste e por isso mesmo esta competência de criar a remuneração complementar, aliás que já exercemos no passado, é uma competência que foi pacífica e que foi perfeitamente aceite. É uma competência que nós temos em relação aos trabalhadores a Administração Pública Regional e Local.

Na proposta que fazemos exceptuam-se os titulares de cargos políticos, bem como os membros dos gabinetes e do pessoal dirigente o que, aliás, considerámos justo, pelo facto destes trabalhadores terem vencimentos de acordo com legislação específica.

Por outro lado ainda, a nossa proposta é no sentido de serem atribuídas aos trabalhadores 14 mensalidades de 6.500\$00 cada uma e com uma actualização em função da subida normal referente ao índice 100 da função pública, ou seja, estes 6.500\$00 seriam actualizáveis anualmente e de acordo com a actualização salarial da função pública que é implementada todos os anos.

Vamos apresentar na especialidade uma proposta, no sentido de que este diploma produza efeitos a partir de Janeiro de 1998.

Para nós é fundamental que todo o preceituado legal se cumpra.

As nossas atribuições de alteração orçamental não podem atingir os orçamentos vigentes e por isso mesmo, em proposta específica no artigo 4.º deste diploma, ele produzirá efeitos só a partir do próximo ano económico civil.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que aqui propomos, em relação ao trabalhadores da Administração Pública Regional e Local, não é senão o que já existiu e aquilo que existe para muitos trabalhadores que nesta Região Autónoma são funcionários públicos dependentes do Estado. Felizmente para eles e para a nossa sociedade, têm e continuam a ter compensações em função da sua vivência nesta Região e alguns, inclusivamente têm atributos remuneratórios muitíssimo superiores e muito mais benéficos do que aqueles que aqui nós propomos.

A nossa proposta é feita em função dos condicionalismo regionais e por isso não foi mais preciosa. Esta proposta, em nosso entender, é justa e vem, como disse, a favor das pessoas que nesta Região trabalham na Administração Regional e Local.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra logo a seguir ao proponente desta Proposta, que está agora em cima da mesa, ter feito a sua explicação, porque me parece importante esclarecer alguns pontos, pelo menos para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A nossa posição sobre esta matéria será a conjugação da prossecução de um objectivo com a conjugação de uma cautela de partido da oposição.

Passo a ler uma intervenção do então Deputado Carlos César em 12 de Dezembro de 1991, porque acho que ela é essencial para questionar o Governo e das propostas do Governo e do debate deste Parlamento dependerão certamente a posição do Partido Social Democrata.

Dizia então aquele que é agora o Presidente do Governo Regional:

"Não é suportável para um partido como o PS, que tem em consideração os interesses de todos aqueles que trabalham, a ideia de que para o poder político são reivindicadas desvantagens à custa desse critério de insularidade, e para os que trabalham essas mesmas desvantagens não devam ser reconhecidas. É este um princípio de base".

Pergunto: Mantém-se ou não, na perspectiva do Governo, este princípio de base?

Em segundo lugar, continuando a citação: "Nós reconhecemos que esta fórmula não é perfeita".

Pergunto: Tem o PS outra fórmula?

Ainda continuando a citação: "Reconhecemos até que podia haver outras fórmulas aplicáveis: por exemplo, uma menor tributação dos rendimentos do trabalho".

Pergunto: Com a negociação da Lei de Finanças Regionais está ou não esta solução mais facilmente ao alcance do Governo Regional?

Simplesmente, acrescentava então o Presidente do Governo que: "Na fase do processo em que nos encontramos, e dada a própria complexidade do processo legislativo, que tenha a ver com alterações em relação à política fiscal, nós entendemos que é desde já útil consagrar um princípio que mais tarde possa vir a ter uma solução técnica de tipo diferente, que seja mais compatível com um regime alargado a todos os outros sectores profissionais".

A posição do PS no passado foi a de considerar que há soluções melhores, de que pode haver soluções alternativas, mas que, desde logo, em 1992 se devia encontrar uma solução e dar uma resposta concreta aos sindicatos.

Para o PSD é essencial saber se, dadas as negociações como a Lei de Finanças Regionais, há ou não perspectivas duma solução urgente deste problema? Se, perante a negociação duma Lei de Finanças Regionais, há ou não há possibilidade de solucionar este problema através da via do desagravamento fiscal?

Portanto, se não houver, de facto, uma mudança radical dos argumentos para o Partido Socialista e para o Governo, o PSD não tem outro remédio senão, no exercício de um partido que é de oposição, tomar uma posição, através do voto, que seja adjectiva em relação à questão de fundo, permitindo ao Governo, aqui neste debate, e para a solução final, alcançar os seus próprios objectivos. E, se não tiver qualquer razão, pelo menos, por parte do nosso Grupo Parlamentar tudo faremos para que o Governo cumpra as promessas que então fez, desde que agora não tenha justificação para mudar de posição.

É uma questão de princípio, e é em função das respostas do debate e das explicações que a posição final do Partido Social Democrata será tomada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A minha intervenção sobre esta matéria vai ser mais curta, em cerca de 2 minutos, do que aquilo que tinha previsto, na medida em que já não se torna necessário citar aquilo que acabou de ser citado pelo Sr. Deputado Victor Cruz.

Essa foi a minha posição assumida em 1991, actualizada, na minha qualidade de candidato à Presidência do Governo, por outras declarações que a este propósito fiz nos meses imediatamente anteriores às eleições regionais do ano transacto.

Nessa altura voltei a reafirmar aquilo que hoje reafirmo: o Governo e o partido que agora o suporta é favorável à compensação dos consumidores e dos trabalhadores açorianos pelos sobrecustos ocasionados pela insularidade e a remuneração complementar é um entre outros instrumentos, usado cumulativamente ou não, para

melhorar as condições com que os açorianos se defrontam, agravadas face aos restantes portugueses.

Fica muito claro que este Governo continua a ser favorável a essa compensação.

Fica também muito claro que este Governo está a trabalhar em todos os cenários que conduzam ou possam conduzir a que essa compensação tenha expressão, não só no sector público como naqueles que prestam serviço ao sector privado.

O que dissemos no passado tem, por isso, inteira coerência com a nossa posição hoje e aqui no presente.

Mesmo que tivéssemos mudado de opinião, nada de dramático essa atitude comportaria, como certamente a tomará por bem também o Grupo Parlamentar do PSD.

Não pode o Partido Comunista tomar por virtude, o facto de, dezena em dezena de anos consecutivamente, pensar sempre da mesma maneira . Isso não é uma virtude. Permite-me até pensar que isso é um defeito. Devia V. Exa. usar, de resto, algumas virtudes, quando muda de opinião, também a estes sectores.

Sei bem que o senhor hoje faz uma avaliação positiva de personalidades que injuriava no passado, pode também mudar de opinião e compreender que o que hoje está em causa é exactamente uma resposta aos desafios que hoje temos e sobretudo aos instrumentos de política que hoje temos ao nosso alcance em 1997 e que não tínhamos em 1991.

Devo dizer-lhe, para ser muito claro, antecipando claramente qualquer crítica neste domínio, que nós não necessitamos que ninguém nos obrigue a cumprir compromissos eleitorais. Nós é que queremos cumprir os nossos compromissos eleitorais.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A proposta que o PCP hoje apresenta é uma proposta de oportunismo político, de inoportunidade, de irresponsabilidade e de injustiça.

Oportunismo, porque se aproveita de uma reivindicação histórica sustentada e socialmente apoiada para, sem qualquer fundamento técnico, desencadear nesta fase do processo político.

Inoportuna, porque sabe, ou se não sabe devia saber:

- que existe um grupo de trabalho formado para discutir estas matérias;
- que esse grupo de trabalho integra representantes da CGTP, da UGT, da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional;
- que o Governo Regional está a concluir a actualização do Ficheiro Central de Pessoal que é um instrumento importante para a avaliação do impacto financeiro da remuneração complementar;
- que a Lei de Finanças Regionais ainda não foi aprovada e nela se contém potencialidades de desenvolvimento legislativo na área da fiscalidade, que podem compensar, por outra via, o funcionalismo público regional ou os consumidores ou os contribuintes em geral nos Açores.

Irresponsabilidade, porque apresenta uma proposta, exactamente na sequência em que tratamos do problema de índole pública, dum novo financiamento e duma nova disciplina nas finanças públicas, que custará à Região cerca de 1,8 milhões de contos, pelo menos 1,6 milhões de contos para a Administração Regional, que terão que sair necessariamente das verbas que afectamos às despesas de investimento, ou do endividamento,...

Deputado António Meneses (PSD): Já não há!

O Orador: ...ou através de um crescimento incontrolado das despesas de funcionamento e das despesas de pessoal.

Esta é uma proposta que custará à volta de 6 milhões de contos até ao ano 2000. É uma irresponsabilidade.

Uma proposta injusta, porque ajuda de maneira igual, quer os que necessitam quer os que não necessitam e os que necessitam de forma diferente uns dos outros.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado José Maria Bairos (PSD): É só demagogia!

O Orador: O Governo Regional tem para propôr às estruturas sindicais, no âmbito do grupo de trabalho que está constituído, um conjunto de cenários que se destinam a

tratar com seriedade este problema. E, se hoje este problema tem vários cenários, a verdade é que em 1991 não tinha outro cenário;...

Deputado João Cunha (PSD): Tal falsidade!

O Orador: ... porque do ponto de vista de gestão, essas competências não eram claras do ponto de vista da Região; porque do ponto de vista da influência política do Governo Regional de então, junto do Governo da República, não tinha influência nenhuma no sector dos transportes, no sector dos tarifários, seja em que áreas for,...

Deputado João Cunha (PSD): Não é verdade. Grande cambalhota!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: ...porque o Governo Regional de então perdia tudo o que negociava na altura.

Hoje é possível ponderar outros cenários. Cenários que têm a ver com a diminuição indirecta dos custos da insularidade, com repercussão nos contribuintes, do ponto de vista do tarifário da energia, do ponto de vista dos tarifário dos transportes marítimos e aéreos, do ponto de vista da própria consideração da remuneração complementar noutra perspectiva, do ponto de vista do acesso a bens e equipamentos públicos que pode ser contratualizado, quer para o funcionalismo público quer para outros funcionários.

É possível, em vez de remunerar directamente, dar facilidades de acesso a determinados bens, serviços e equipamento público aos funcionários da Administração Regional. É também uma fórmula possível de encarar esta matéria.

É possível também introduzir claramente benefícios fiscais que conduzam a uma despenalização dos escalões remuneratórios mais baixos.

Mesmo que nos reconduzíssemos a um cenário de aprovação pura e simples da remuneração complementar para os funcionários e agentes da Administração Pública Regional, é possível fazer-se justiça de melhor forma do que aquela que o PCP hoje nos apresenta.

Com quatro vezes menos dinheiro do que aquele que o PCP apresenta, como resultado global da sua proposta, é possível fazer mais pelos que mais precisam, sendo desnecessário fazer algo pelos que não necessitam.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se um funcionário da Administração Regional ganha 61.893\$00, não há dúvida que essa remuneração complementar, que até pode ser na ordem dos 8000\$00 e não dos 6.500\$00 que o Sr. Deputado do PCP vem para aqui apresentar, tem efectivamente uma consequência positiva no estatuto de vida e nas condições de vida desses funcionários mal remunerados.

Agora, um funcionário que ganhe 120 e tal contos, não é por causa de 6000\$00 que resolve os seus problemas ou que melhora o seu estatuto de vida.

A proposta do Partido Comunista é uma proposta contra aqueles funcionários e contra aqueles trabalhadores que mais precisam nos Açores.

(Aplausos das bancada do PS e do Governo)

O Orador: Se este mundo não tivesse trocado, quem devia ter apresentado isto nesta Assembleia era uma coligação de extrema direita e não o Partido Comunista.

Deputado António Meneses (PSD): Foi aquela que se formou em 91!

O Orador: Comprometemo-nos, nós Governo, a desenvolver, no âmbito deste grupo de trabalho, todos estes cenários, cenários, quer da remuneração complementar quer da introdução de outros benefícios de que vos já falei, num trabalho sério financeiramente responsável e que tenha como objecto fazer justiça a quem mais precisa de justiça.

É preciso ter em consideração, de uma vez por todas, em relação a esta matéria, o seguinte: a justiça que mais se reclama não é a de todos compensar de forma igual, por causa de custos que se repercutem de forma diferente nos consumidores,...

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... o que é necessário e o que é justo fazer é compensar quem mais é prejudicado pela repercussão destes sobrecustos no consumo.

Deputado Jorge Valadão (PSD): E o aumento do salário mínimo!

O Orador: Também Sr. Deputado, o salário mínimo é uma das soluções. É um dos meios possíveis e um dos cenários que deve ser considerado. Mas, deve ser considerado no âmbito da concertação e no âmbito duma contratualização nos Açores, porque não se pode impôr o salário mínimo sem verificar com rigor o seu impacto na economia empresarial e no emprego da Região.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

/Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Portanto, respondendo também àquilo que o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Victor Cruz, aqui colocou, quero que dizer muito simplesmente que não faltam cenários alternativos. Esses cenários foram aqui expostos com a clareza possível que permite uma intervenção nestas circunstâncias.

Existe um grupo de trabalho com representantes de todas as componentes em presença e com interesses nessa matéria. Deixem esse grupo de trabalho chegar a uma conclusão que eu estimo que possa ser uma conclusão que reúna consenso, quer de empresários quer dos representantes da Administração Pública a nível sindical ou a nível da sua tutela.

Vale a pena tentar um acordo nesta matéria que ajude quem mais precisa e que repare uma injustiça que nós sempre denunciámos, e em relação à qual eventualmente fomos todos divergindo uns dos outros da forma mais correcta de a concretizar.

Termino dizendo que, pela parte do Governo, esta proposta do PCP não devia ser aprovada, porque é inoportuna, pelas razões que mencionei. É financeiramente irresponsável e é socialmente injusta.

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado José Maria Bairos (PSD): Vocês estão com uma carinha tão triste!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Nós consideramos que a nossa proposta, neste momento, é muito oportuna e dizemos mais: ainda bem que esta proposta entrou nos nossos serviços da Assembleia no dia 11 de Abril passado. Foi necessário, e muito bem, este tempo para termos os pareceres, que estão no nosso relatório, das diversas entidades e que permitiu trazê-la aqui nesta altura.

Neste momento, o Sr. Presidente do Governo Regional, que há quase um ano governa esta Região, não tem qualquer justificação para a considerar inoportuna, bem pelo contrário.

O Sr. Presidente do Governo Regional de modo nenhum pode invocar questões de tempo ou de falta de tempo para que este problema não tivesse já avançado nalgum sentido. Portanto, em nosso entender, esta proposta é oportuníssima.

Pensamos que talvez inoportuno foi aquela comissão, que o Sr. Presidente do Governo fala, ser lançada depois da apresentação deste Projecto de Decreto Legislativo Regional, com um senão: é que, segundo me parece, a tal comissão não tem no seu seio uma representação séria e correcta de todas as forças sociais que nesta Região possam exprimir todas as sensibilidades presentes nesta situação.

Por exemplo, esta comissão, que o Sr. Presidente do Governo refere, que me conste apenas está representada por um sindicato, enquanto que na função pública existe um conjunto de sindicatos que representam muitos trabalhadores.

Para além disso, nós temos algumas dúvidas que o único sindicato que está representado nominalmente nesta comissão, represente a maioria dos trabalhadores da Função Pública da Região Autónoma dos Açores.

Poderá o Sr. Presidente do Governo afirmar que esta comissão tem no seu seio representantes das centrais de trabalhadores, tem, e não pomos em causa, mas, para além dessas centrais, tem um sindicato, pelo menos, que representa trabalhadores da função pública que não está representado nessa comissão; e se o critério fosse ter algum sindicato que represente na comissão os trabalhadores da função pública, então o único critério fiável, em nosso entender, seria ter os representantes dos sindicatos

que representam os trabalhadores da função pública ou pelo menos aqueles com maior representação.

A nossa proposta não significa qualquer oportunismo político.

A nossa proposta é, tão somente, o ir de encontro àquilo que são hoje as necessidades e as aspirações dos trabalhadores da função pública.

A nossa proposta é para que se faça justiça e consideramos que ela veio no momento certo para que, efectivamente, possa haver justiça.

O Sr. Presidente do Governo Regional refere um conjunto de deficiências apresentadas na proposta. Nós estamos de acordo que qualquer proposta pode ser melhorada, pode apresentar melhorias e até pode ser encarada de modo diferente. No entanto, Sr. Presidente do Governo Regional, se V. Exa. e o seu partido quisessem contemplar e ir de encontro àqueles que mais problemas têm, no último Plenário teriam aprovado a proposta que nós aqui apresentámos, ou seja, uma proposta que visava um acréscimo àqueles que têm o salário mínimo nacional. Se o problema fosse um problema de justiça social, tiveram essa oportunidade.

Não podemos é confundir as coisas. Não podemos é dizer ontem que a situação se resolve de outra maneira e ela continua sem ser resolvida e hoje vir dizer que aquilo que pretendemos é resolver as situações daqueles que têm mais problemas.

Nós queremos efectivamente resolver as situações daqueles que têm mais problemas, mas queremos também resolver as situações de desigualdades existentes entre os trabalhadores da Administração Pública Regional e Local e entre aquilo que se passa nesta Região e aquilo que se passa no todo nacional.

O Sr. Presidente do Governo referiu custos calculados e fala em 8,1 milhões de contos na totalidade. Fala em 1,6 milhões de contos em relação à Administração Pública Regional e fala em 6 milhões de contos até ao ano 2000.

Estes números foram aqueles números que o Sr. Presidente do Governo referiu.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*). O Sr. disse 8 milhões, mas eu nunca disse isso!

O Orador: Desculpe, foi aquilo que eu disse e repito: o Sr. Presidente do Governo falou em 1,8 milhões de contos, falou em 1,6 milhões de contos para a Administração Pública Regional e falou em 6 milhões de contos até ao ano 2000.

Com estes números, de duas uma: ou o Governo Regional tem um número mais elevado de funcionários do que efectivamente nos parece, ou o Governo Regional pretende admitir muitos funcionários públicos, o que penso que não é viável, ou então as contas estão mal feitas.

Sr. Presidente, vamos procurar analisar e fazer a projecção da média prevista da subida do funcionalismo público daqui até ao ano 2000. São apenas 3 anos, e o Sr. com certeza que sabe o que é que é proposto pelo Governo da República e aquilo que é exigido pelos sindicatos. Eu penso que estes 6 milhões de contos tinham que ser muito bem explicados. As nossas contas não coincidem com as suas.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Quais são as suas contas?!

O Orador: Não coincidem e o Sr. terá que fazer as suas contas muito bem feitinhas, porque estão erradas Sr. Presidente. O Sr. sabe que estão erradas.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O Sr. por acaso sabe quantos funcionários tem a Administração Pública?!

O Orador: Por outro lado, o Sr. Presidente do Governo Regional fala em outros cenários. ...

Oh Sr. Presidente, sei, e mais: sei aquilo que se discute aqui desde 1990 em relação aos funcionários públicos...

Deputado José Maria Bairos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ...e os dados que têm sido apresentados aqui, quer pelo Governo anterior quer pelos Senhores.

Sr. Presidente do Governo que venham esses cenários diferentes, que se reduza a energia, que se reduza os transportes e nessa altura há que revogar a remuneração complementar. Mas, a realidade é que neste momento, em nosso entender, não há perspectivas a curto prazo desses problemas serem resolvidos.

Esta é a grande realidade, e dêem a voltas que derem, e até ao momento não nos convenceram de que efectivamente, a curto ou a médio prazo, estes problemas estejam efectivamente resolvidos.

Nós queremos e estamos a dar um contributo sério, um contributo empenhado no sentido de que efectivamente esta Região possa ir ao encontro daqueles que trabalham para a Região Autónoma dos Açores.

Nós, Sr. Presidente, em relação a muitas matérias, efectivamente pensámos sempre da mesma maneira e posso-lhe garantir que vamos continuar a pensar da mesma maneira em relação à defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, em relação à defesa intransigente daqueles que mais precisam e trabalham nesta Região.

Sr. Presidente, não tenha ilusões. Vamos continuar a pensar da mesma maneira e vamos continuar a lutar, na medida de todas as nossas forças, para que os trabalhadores desta Região e principalmente aqueles que mais necessitam tenham uma vida cada vez mais digna.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais algumas considerações de âmbito político, quiçá menos úteis, para a solução deste problema, mas certamente despoletadas pela intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional.

Convém esclarecê-las da nossa parte, para então passarmos àquilo que, na nossa opinião, é claramente mais importante.

Nós não podemos concordar com as críticas que são agora feitas pelo Sr. Presidente do Governo à proposta do Partido Comunista, pelo menos comparando-as com as propostas que foram feitas quando o PSD tinha ganho as eleições e neste Parlamento tinha apenas 24 deputados, os mesmos que hoje, por sinal.

Os Srs. do Partido Socialista, do Partido Popular e do Partido Comunista impuseram ao Governo Regional dos Açores de então uma solução com a qual o Governo não estava de acordo. Essa foi uma lição que nós aprendemos e que vamos certamente ter sempre presente para o futuro.

Agora, dizer que a proposta do Partido Comunista é oportunista, mas as propostas que faziam anteriormente não eram oportunistas que a proposta que o Partido Comunista agora faz é inoportuna, mas as propostas de então não eram inoportunas; que a proposta que o Partido Comunista agora propõe é irresponsável, mas que as vossas de então não eram irresponsáveis, é que não podemos estar claramente de acordo, Srs. Deputados!

Vozes da vancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Mais oportunista do que uma maioria espúria, impôr uma solução deste género a um governo que ganhou as eleições na rua e que perdeu a maioria neste Plenário, não há em democracia parlamentar. Foi, de facto, uma proposta principalmente e acima de tudo oportunista que então se fez.

Dizer agora que é inoportuno por questões orçamentais, também o era anteriormente e nós todos sabemos que os argumentos são fáceis, são possíveis e alguns são sobrevalorizados, mas são reais. O verdadeiro argumento para este problema é uma questão financeira e orçamental. Era antes. É hoje e será amanhã, por muito que se mude de opinião.

Dizer que esta proposta agora é irresponsável, porque está em debate uma Lei de Finanças Regionais ou porque se está a procurar soluções diferentes pelo relacionamento financeiro entre o Estado e a Região, não é, de facto, argumento que possa proceder, porque tanto quanto sabemos a Região Autónoma da Madeira tem um subsídio de insularidade há muito tempo e está a negociar, em pé de igualdade com o Governo Regional, a Lei de Finanças Regionais.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, não será por isso que a proposta do PCP é irresponsável, quando muito seria por outras razões, mas por isso não é, porque senão, devia o Sr. Presidente, junto do Primeiro Ministro, pedir um tratamento mais favorável para os Açores do que em relação à Madeira.

Este argumento não procede. Oportunistas de então a combater os possíveis oportunismos de agora. Coisas inoportunas do passado que agora continuam a ser inoportunas. Irresponsabilidades do passado que agora, quando muito, voltam a ser irresponsabilidades.

É este o problema do Governo Regional e mais valia a pena ter assumido uma posição que era fruto da responsabilidade, apenas e só, de ter a governação dos Açores, em vez de tentar ultrapassar os problemas das contradições.

A intervenção que o Sr. Presidente fez aqui há bocado, dava, de facto, saída para todos os problemas do Governo.

As suas explicações e os seus ataques políticos, - a pedir palmas ao seu Grupo Parlamentar,- para poder fazer aqui um combate parlamentar positivo, é que foram claramente negativas. Mas, o PSD não vai mudar de posição por causa dos excessos de linguagem do Sr. Presidente do Governo Regional. Seria uma irresponsabilidade para o Partido Social Democrata.

Continuamos a achar que este Parlamento e este Governo cometem um erro constante, sendo um Governo minoritário, porque tem estudo, tem propostas, tem gabinetes, tem técnicos a estudar todos os problemas, mas nunca diz nada aos partidos da oposição.

Agora que o Partido Comunista apresenta uma proposta concreta, o Sr. Presidente do Governo diz que há cenários alternativos. Nós ficamos com o défice de informação por parte do Governo, que não pode ser agora transponível para uma menorização do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Houve um debate na Comissão e, que eu saiba, não foi um debate profundo, não foi um debate esclarecedor e ninguém apresentou argumentos. De resto, o Sr. Presidente do Governo, inclusive agora, adianta argumentos sobre o salário mínimo nacional que o seu Grupo Parlamentar, na altura, nada disse.

O Sr. Presidente do Governo disse que era possível uma outra solução que fosse à procura de ajudar os que mais necessitam, mas, nesse sentido, nenhum argumento foi aqui aludido pelo seu Grupo Parlamentar de então. Agora é que é preciso ter a consciência do que é justo e na última sessão parlamentar essa consciência não foi valorizada!.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: E, digo-lhe mais, Sr. Presidente: é verdade que se pode mudar de opinião e às vezes até concordo que é bom mudar de opinião, o que me parece complicado é mudar tão depressa o conceito do que é justo e injusto, porque se há coisa que se muda com mais dificuldade é o conceito de justiça e em relação a esse conceito o Governo Regional dos Açores, equiparado ao antigo Partido Socialista, mudou demais para o nosso gosto.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): É só conversa!

O Orador: Isso não é uma mudança de posição que tenha em conta os orçamentos, as finanças, a oportunidade, a irresponsabilidade, a grande capacidade do Governo do Partido Socialista de arranjar todas as soluções, face ao Governo da República, que agora não aconselha a aprovar aquela proposta, mas que antes aconselhava, porque o PSD governava mal, a apresentar todas as propostas inoportunas, oportunistas e irresponsáveis.

Esses argumentos não nos convencem!

Continuamos à espera de outros melhores!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Presidente do Governo Regional:

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos esclarecer aqui algumas matérias.

Em primeiro lugar, aquilo que o Sr. Deputado do PCP disse sobre o grupo de trabalho, não é verdade.

Por acordo com as centrais sindicais, UGT e CGTP, está, neste momento, perfeitamente consensualizada e estabelecida a composição do grupo de trabalho com o acordo de todos. Portanto, não tem razão nessa matéria. Fica, desde já, esta questão perfeitamente esclarecida.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Que sindicatos é que estão presentes?!

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu vou perder tempo, mas vale a pena....

Deputado João Cunha (*PSD*): O Sr. tem de esclarecer a Câmara!

Porte-se condignamente!

O Orador: Como eu ia dizendo, vou perder tempo, o tempo é a minha intervenção, mas vale a pena, como disse.

Estão presentes os representantes do Governo Regional, dois representantes da UGT, dois representantes da CGTP, dois representantes da Câmara de Comércio e Indústria

dos Açores e da Associação de Municípios. Portanto, é esta a composição acordada com as centrais sindicais.

Em segundo lugar, uma das razões pelas quais este grupo de trabalho teve algum atraso, teve a ver exactamente com os problemas relacionados com a sua composição. Entrámos finalmente em acordo em relação à mesma. Esse grupo de trabalho iniciará as suas reuniões na última semana do corrente mês.

Porque não avançou este processo?

Porque não foi nomeado um grupo de trabalho mais cedo?

Por uma razão muito simples, por uma opinião repetidamente expressa por mim, por membros do Governo e do Partido Socialista, porque queríamos ver primeiro a Lei de Finanças Regionais. Repetidas vezes o dissemos, condicionando sempre a nossa posição, em relação a essa matéria, a uma leitura da Lei de Finanças Regionais. E, não só na própria perspectiva da iniciativa legislativa possível, no âmbito da fiscalidade, mas também na própria perspectiva da averiguação de meios financeiros ao dispôr do Orçamento da Região. É por essa razão que só agora existe alguma clareza sobre esta matéria, ou seja, que existe um documento, em função do qual, podemos ponderar a nossa posição. É tão simples quanto isso.

A situação, por isso, não pode ser resolvida com inoportunidade...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...ou seja, não podia ser resolvida quando foi colocada aqui a questão do salário mínimo, porque a Lei de Finanças Regionais não estava aprovada e esta Lei era um dos instrumentos que nós desejávamos ter ao nosso dispôr para ponderar este problema.

Hoje, com este conjunto de situações, esperando bem que a Lei de Finanças Regionais seja aprovada na Assembleia da República, temos instrumentos para dialogar com as estruturas sindicais e representações do patronato para ver que possibilidade temos para resolver este problema.

Mas, é claro para mim, porque eu sou uma pessoa de convicções, que se esta matéria não puder ter uma resolução integrada e com uma efectiva repercussão nas condições de vida dos Açorianos, se só se tiver ao dispôr à alteração remuneratória do

funcionalismo da Administração pública, nós vamos avançar para essa solução. Não temos a menor dúvida sobre essa matéria.

Agora, queremos tentar primeiro uma solução conjunta. Porém, sabemos que meios financeiros podemos dispender, se a Lei de Finanças Regionais for aprovada, coisa que antes não sabíamos. Agora, sabemos e vamos colocar às estruturas sindicais e às estruturas patronais estes problemas. Vamos colocar os vários cenários possíveis, não só o da remuneração complementar, onde existem vários cenários prováveis, como é natural, podendo abranger x ou y índices, até ser neste ou naquele valor, até ser fixo ou a ser progressivo. Esses cenários estão a ser construídos e alguns deles já estão finalizados.

Naturalmente, não pode deixar de ser facultadas à Assembleia Legislativa Regional todas as informações sobre esta matéria, desde que as peçam em concreto, desde que digam o que precisam e, naturalmente, que o acordo com as estruturas sindicais e patronais neste domínio, não pode deixar de ir informando a Assembleia Legislativa Regional para que ela tome, em consciência e no plano de conhecimento das informações, que lhe são necessárias para formar opinião, possa tomar a sua decisão. Já disse e repito: o quadro de instrumentos de política existente em 1991 não tem nada a ver com o quadro de instrumentos de política que existe agora em 1997.

Portanto, isto quer dizer que em 1991 só havia esta forma expedita e hoje existe um cenário em que é possível equacionar outras hipóteses de compensação da insularidade do funcionalismo público ou privado.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isso são cenários a mais!

O Orador: Gostaria também, para finalizar, de dizer que se optarmos pela remuneração complementar, o que é possível, o que é até provável se não conseguirmos um acordo mais amplo neste domínio.

Eu não tenho dúvidas de que a remuneração complementar não se deverá aplicar a sensivelmente mais do que 1/3 do funcionalismo público da Região, que tem um estatuto remuneratório mais precário. E, será nessa base que o Governo iniciará uma negociação com as estruturas sindicais, repetindo claramente que esses 6.500\$00 são úteis e são bons para quem ganha muito pouco, mas não servem para nada para quem ganha o suficiente.

Muito obrigado.

Deputado Norberto Messias (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que a posição do PP já foi aqui defendida, pelo meu companheiro Deputado Alvarino Pinheiro, que neste momento não está cá, mas esta é uma matéria tão delicada e tão complexa que até às vezes eu tenho um certo receio em falar nela e, naturalmente, também tenho a minha opinião formada sobre este assunto.

Houve há anos, e foi aprovado nesta Casa, o aumento ao funcionalismo público que depois foi retirado, digamos assim, como um jogo de ping-pong, de um lado para o outro.

Hoje voltamos a este assunto e realmente às vezes também podemos é querer dar um "comprimido", digamos para tirar um pequena "dor de cabeça" a um indivíduo e se calhar até pode ter uma úlcera no estômago que este pequeno comprimido poderá agravar-lhe a saúde e, digamos, poderá levá-lo para debaixo da terra.

Penso que esta é uma matéria muito complicada.

Se neste momento existe uma Comissão que está a estudar este problema da maneira que ele deve ser tratado e analisado, eu acho que é de toda a importância tratá-lo com a sua eficácia e esperar que essa Comissão dê um aval melhor, para podermos assim olhar para o progresso dos Açores em geral e não só duma pequena parte dos trabalhadores da função pública.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

Deputado Fernando Meneses (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tenho, naturalmente, como é meu dever, acompanhado este debate com todo o cuidado, com toda a atenção e profundidade que ele exige e a verdade é que há pouco

eu fiquei sem saber para onde é que havia de olhar, porque foi tal o vigor com que o Sr. Deputado Victor Cruz defendeu o PCP que eu hesitei em saber se ele estava naquela bancada ou se estava nessa,...

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. não ouviu bem!

O Orador: ...o que, Srs. Deputados, também não deixa de ser curioso quando se discute esta matéria. Mas, enfim, tenho muito gosto e gostei muito de ouvir essa defesa tão vigorosa da proposta do PCP e estou certo que o Sr. Deputado Paulo Valadão lhe agradecerá a boleia.

Quero dizer também que, quando se disse que a Madeira já tinha a remuneração complementar, já agora é bom também dizer que nós podíamos tê-la se os Srs. não a tivessem revogado também tínhamos a remuneração complementar.

Voses da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: De qualquer forma quero dizer o seguinte: esta minha intervenção pretende apenas fazer alguns esclarecimentos e fundamentalmente marcar politicamente a posição do Grupo Parlamentar do PS.

Não fora isso, não havia sequer necessidade...

Deputado Mark Marques (PSD): É um bom artista!

O Orador: ...porque as palavras do Sr. Presidente do Governo Regional foram perfeitamente claras, precisas e coerentes.

Vozes da bancada do PSD: Coerentes?!

O Orador: Foi tudo explicado nesta Casa para quem quis ouvir.

A posição do Governo é, do nosso ponto de vista, perfeitamente clara.

Sr. Deputado Paulo Valadão, não vou, como disse, aduzir mais argumentos contra essa proposta que também nos parece manifestamente injusta.

Mas, quero esclarecer, Sr. Deputado, que em relação a esta Comissão tenho informação precisa dos próprios sindicatos, de que está presente o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores e o SINTAP, ou seja, estão representados pela CGTP. Pessoalmente, até lhe posso dizer os nomes das pessoas que representam estas duas estruturas sindicais da função pública. Isto para que não fiquem dúvidas de que os trabalhadores da função pública não estão representados neste grupo de trabalho.

Por falar em coerências ou incoerências e para evitar alguns apartes que foram proferidos, tenho na minha frente o comunicado emitido pelos sindicatos. É preciso lê-lo com cuidado, porque o Governo do PS não está a fazer mais do que aquilo que disse na campanha eleitoral e mereceu o voto maioritário dos açorianos e esse comunicado diz exactamente: "Carlos César, remetendo para estudos posteriores sobre essa matéria, qual será o seu montante e quais serão os funcionários a abranger".

Portanto, tal como hoje, não se recusava liminarmente a remuneração complementar, mas já se dizia que iria haver uma comissão para acompanhar e debater estas matérias. Isto é coerência meus senhores. Foi isso que foi dito na campanha eleitoral e é isso que está hoje a ser cumprido por este Governo.

Finalmente, e como já foi tudo dito, quero-vos dizer que o Grupo Parlamentar do PS também se preocupou muito com isto, estudou aprofundadamente esta questão e, neste momento, vai votar contra aquela proposta, exactamente porque é a favor da justiça e esta proposta não tem nada de justo, é a favor dos que ganham menos sejam mais beneficiados e é a favor de que sejam as estruturas dos trabalhadores e dos parceiros sociais a encontrar, em conjunto com o Governo, a melhor forma para resolver este complicado problema.

Ou seja, e em síntese, o Grupo Parlamentar do PS não é contra uma remuneração complementar. Não é contra os problemas que os trabalhadores da administração pública têm por causa da insularidade, mas sim, é a favor e como sempre vai estar aqui atento e exigente para com o Governo que neste momento suporta.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nosso voto é contra, pelas razões que acabo de explicitar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não tive grandes respostas às afirmações que fiz, mas convinha, no entanto, esclarecer mais dois ou três pontos.

Em primeiro lugar e muito rapidamente, queria dizer ao Sr. Deputado Fernando Meneses que não defendi o PCP. Para o caso não ter notado, digo-lhe que ataquei o PS. Faz muita diferença....

(Risos da bancada do PSD)

...Quem defendeu o PS, como advogado sem procuração, sem poderes plenos, foi o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Portanto, se tem algum agradecimento a fazer faça-o a ele, porque eu ataquei o PS e não defendi o PCP.

O Sr. Deputado não percebeu bem o que eu disse, mas no fim, aquando da votação, vai perceber que não é aquilo que disse.

Em relação a outras questões que foram aqui levantadas e que me parecem importantes, a situação muda: a Lei de Finanças Regionais está em negociação e quase todos nós estamos de acordo que para os mais pobres todas as medidas são, para além de mais urgentes, mais justas e por isso é que eu não concordo com aquilo que foi dito sobre a posição do Partido Socialista, relativamente ao salário mínimo nacional.

Para os mais pobres não é preciso esperar muito tempo por Lei de Finanças Regionais, por possibilidades de desagravamento fiscal, por comissões de estudo, por grupos de trabalho, desde que com isso não se vá comprometer visivelmente o processo de desenvolvimento dos Açores.

O salário mínimo nacional era justamente, nos termos em que foi aqui colocado, para os mais pobres, para a tal justiça social que o Governo admite plasmar numa futura solução da remuneração complementar, se outras soluções não forem possíveis. Portanto, essa desculpa não colhe.

Para os mais pobres já, tudo e depressa. Não têm necessidade de esperar por muitos grupos de trabalho.

É uma desculpa esfarrapada que, é evidente, não pode proceder.

Para os mais pobres, em termos de remuneração complementar, era algo que se englobava o tal juízo de justiça que é a única mudança de opinião do Partido Socialista que me fere a sensibilidade democrática e política.

Acho bem que mude de opinião sobre a consideração das Leis de Finanças Regionais, dos orçamentos, do processo de desenvolvimento, das opções de política. Tudo isso é possível mudar-se, mas não me venham dizer que a solução de então, só porque o governo do PSD não era capaz de negociar outras soluções com Lisboa, era justa e que esta agora é que é injusta. É a maior cambalhota política que se pode dar...

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...e isso ninguém percebe.

Que é possível arranjar soluções intermédias, tudo bem; que há outras condições de trabalho, também estou de acordo; que as propostas anteriores eram justas e que esta do PCP é injusta, é que ninguém pode perceber onde é que está a razão desta tomada de posição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os argumentos políticos estão em cima da mesa e por mim estou plenamente satisfeito com o debate sobre esta matéria. Não estou, contudo, na outra parte.

E, o Grupo Parlamentar do PSD vai pôr à consideração desta Assembleia o seguinte:

O Governo bem pode trabalhar numa futura solução para este problema; não pode é a Assembleia ficar todos os dias sem saber o que é que faz com a sua competência legislativa nessa matéria, só porque não sabe bem quando é que o Governo tem isto pronto, quando é que a Lei de Finanças Regionais está pronta e, portanto, isso seria como que secundarizar e minorizar a Assembleia face ao Governo.

O Governo deve fazer esse trabalho. Com isso estamos todos de acordo.

O Parlamento, na minha opinião, devia também debruçar-se atentamente sobre esta matéria e o Grupo Parlamentar do PSD vai pôr à consideração deste Parlamento a possibilidade de criação duma comissão ou atribuir a responsabilidade a uma das comissões já existentes, como preferirem, para naturalmente, com os dados todos que o Governo puder disponibilizar e até em complementaridade com o trabalho que o Governo desenvolve, estudar uma solução para a remuneração complementar, conjugando assim aquelas que são as supostas novidades sobre essa matéria, o papel que o Parlamento tem e o trabalho que o Governo diz que está a fazer.

Essa proposta será certamente conjugada com o voto do Partido Social Democrata, caso esta proposta que está em cima da mesa não seja retirada, com a abstenção do Partido Social Democrata.

Mas, nós não queremos, depois deste debate político, sair daqui minorizados e deixar as nossas responsabilidades nas mãos do Governo que acreditamos que esteja a trabalhar no assunto, mas que não acreditamos que encontre sempre sozinho as melhores soluções.

É esta a proposta que vamos deixar na Mesa como saída para este problema, face à desinformação que existe e à falta de informações por parte do Governo nesta fase do processo, face àquilo que se passou no trabalho que a Comissão de Política Geral desenvolveu, fazendo o seu papel, - o próprio Partido Social Democrata reservou a sua opinião para o Plenário - mas não vamos confrontar-nos agora, apenas e só, com o "chumbo" ao projecto do Partido Comunista, porque, como já disse, ele tem tanto de injustiça como os outros que foram apresentados antes.

Nós não podemos sair daqui com uma posição que fragilize o Parlamento. O Parlamento que decida o que é que quer para resolver este problema, naturalmente tendo em conta aquilo que acontecer com a Lei de Finanças Regionais e as informações que o Governo Regional der ao Parlamento.

É esta, em suma, a nossa sugestão.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas alguns esclarecimentos na sequência de algumas intervenções.

Eu gostaria de dizer que há ainda outra diferença entre 1991 e 1997: é que o Governo de 1991 dizia liminarmente não à remuneração complementar e este Governo diz sim à compensação da insularidade. É uma diferença fundamental que determina também o comportamento adverso.

Gostaria também de dizer que a posição da minha parte é inteiramente coerente neste domínio. Eu continuo a favor, mas ainda não tenho concluído o trabalho que me permite formular, em concreto, a forma como estou a favor. Isto é coerência. Incoerência é quem estava contra e agora mete-se na carruagem dos que sempre estiveram a favor e continuam a estar. O Sr. e o PSD é que são incoerentes neste domínio.

Gostava também de dizer com muita clareza o seguinte:

Pode a Assembleia fazer todos os grupos de trabalho que entender, não faz mais do que a sua obrigação. Agora, que este grupo de trabalho vai trabalhar, que a proposta do Governo será a que resultar deste grupo de trabalho, será.

Se o Sr. está muito preocupado com a perspectiva do Governo chegar a acordo com as entidades sindicais e patronais e quer rapidamente ver se arranja uma proposta para não ser a proposta do Governo a ser aprovada nesta Assembleia, pode fazê-lo, desde que o resultado final de tudo isto seja um bom resultado para os açorianos e para aqueles que mais necessitam.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Não tenho quaisquer problemas em dar curso ou deixar passar qualquer argumento parlamentar ou qualquer "esperteza saloia" nesta matéria. O que me interessa são convicções e a reparação de injustiças. É isso que eu desejo garantir também na parte que me incumbe como Presidente do Governo Regional.

Por fim, devo dizer: não me venha com essas conversas piedosas dos mais pobres e do salário mínimo da Região que o Sr. achava que devia ter sido resolvido. Estou de acordo, tudo, já e depressa para os mais pobres. Foi por isso que eu estive a favor do rendimento mínimo nacional garantido e o Sr. contra.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tudo já e depressa para os mais pobres. É por isso que eu estou a favor do salário mínimo nacional e o Sr. contra.

Tudo já e depressa para os mais pobres, mas porque é que o Sr. Presidente não se lembrou de apresentar uma solução deste género para a remuneração complementar, quando queria exercer o sua arrogância de partido da oposição impondo ao partido minoritário as soluções que eram oportunistas, irresponsáveis e, talvez até, anti-democráticas.

Tudo já e depressa para os mais pobres.

O problema do rendimento mínimo não é dar a quem menos necessita, é não estar a ser fiscalizado devidamente...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: ... e isso não é, tudo já para os mais pobres.

Este não é o Governo que defende os pobres contra um PSD do passado que atacou os pobres.

Este não é o Governo dos pobres contra um governo do PSD do passado que nada fez pela justiça social.

Este Governo faz alguma coisa pelos pobres.

Os governos anteriores também fizeram muito pelos pobres.

Este Governo o que não pode é usar os pobres para o discurso político e entrar em contradições permanentes em relação ao seu conceito de justiça social.

Se este Governo queria tudo já e depressa para os mais pobres, teria feito o seu Grupo Parlamentar aprovar o acréscimo ao salário mínimo na Região Autónoma dos Açores.

Não era preciso esperar por grupos de trabalho, por respostas da Lei de Finanças Regionais, nem por a contratação nacional do sindicato que foi aqui avançado. Era um problema resolvido que, complementarmente ao rendimento mínimo garantido, era uma boa resposta e poderia, isso sim, traduzir essa preocupação de: tudo já e depressa para os mais pobres. Mas, isso os Srs. não se lembraram no passado, não o

fizerem recentemente e apenas dizem que é uma boa saída, dentro de curto prazo, para a remuneração complementar.

É pouco e é curto para um Governo que tem um coração socialista.

Deputado José Maria Bairos (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que a Assembleia faz a sua obrigação. Eu só não percebo é porque é que o Sr. Presidente se irrita.

A Assembleia faz os trabalhos que bem entender, nem precisa de pedir licença ao Governo Regional.

Só não percebo porque é que o Sr. Presidente se irrita com isso e que diz que nós estamos aqui à procura de encontrar uma solução para passar à frente do Governo.

Nós não achamos que a política se faça à moda das corridas.

Esta questão é da iniciativa do Partido Comunista e ninguém lhe retira o benefício ou o malefício.

As posições anteriores foram dos outros grupos parlamentares, não foram do PSD e ninguém lhes retira as virtudes e os defeitos dessas posições, como ninguém vai retirar as virtudes e os defeitos do Partido Social Democrata.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, aqui não há qualquer problema.

O grupo de trabalho que o Partido Social Democrata põe em cima da mesa, é porque nós não estamos para esperar, sem saber quando, como e com que dados, pelos grupos de trabalho que Sua Exa. decidiu constituir.

Nós queremos pensar neste assunto e achamos que era bom encontrar uma solução pela via parlamentar. Pode ser a mesma. Pode ser até feita em diálogo profundo com o Governo. Agora, o que eu não posso é não legislar, achar que é inoportuno agora, achar que é irresponsável tomar uma medida já, só porque o Governo constituiu um grupo de trabalho. O Governo pode fazer grupos de trabalho todos os dias e o Parlamento fica aqui à espera que o Governo apresente as propostas.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Tem prazos!

O Orador: Eu acho que, já que o Governo está trabalhando, a Assembleia Legislativa Regional pode também debruçar-se sobre este assunto e até o Governo pode contratar tudo com os sindicatos que para nós não existe qualquer problema, só

que para nós não nos causa irritação que o Parlamento trabalhe. Para o Sr. Presidente causou uma incompreensível irritação.

Presidente: Está no fim do seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Só mais um minuto, Sr. Presidente, para esclarecer um aspecto de fundo. O Grupo Parlamentar do PSD nunca concordou com a remuneração complementar, porque achava que os outros funcionários, que não os funcionários públicos, também tinham direito a ter uma compensação deste género. Por isso, continuamos com a mesma opinião.

Se propusemos agora um grupo de trabalho ou uma comissão que trabalhe justamente sobre este assunto, foi porque também achamos que é importante esgotar essa possibilidade.

Nós é que não entramos mesmo em contradição. Os Srs. é que vieram ao nosso encontro, nesta como noutras matérias, porque governar é uma coisa e falar da bancada da oposição é outra completamente diferente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Secretários Regionais:

Para finalizar eu só gostava de dizer o seguinte.

O engraçado de tudo isto...

Deputado João Cunha (PSD): É o Presidente do Governo e as cambalhotas que dá!

O Orador: ...é que o PSD, nesta Assembleia, esteve a criticar-nos por não termos resolvido um assunto. Criticou-nos severamente por estarmos a constituir um grupo de trabalho.

Quanto ao desfecho de tudo isto, suspeito como vai votar e a única proposta que apresentou foi uma imitação daquilo que o Governo já está a fazer, ou seja, um grupo de trabalho. É esta a forma como se pode sintetizar a ideia do PSD neste debate.

Sabemos se ele é a favor da remuneração complementar para todos ou só para alguns; sabemos se ele é a favor de uma compensação na área da fiscalidade ou numa outra área, ou mesmo na energia.

O que é que sabemos do PSD sobre estas matérias? Nada!

Apenas sabemos que vai propôr um grupo de trabalho e até por conveniência posso-lhe facultar o teor do despacho que constituiu o grupo de trabalho do Governo.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não menospreze o Parlamento!

O Orador: Não precisa de o escrever, basta apresentá-lo e substituir, onde se lê "Governo", lê-se "Assembleia". Foi isso que o PSD aqui fez. Não fez mais nada.

Deputado João Cunha (PSD): Se o Sr. Presidente tivesse lido o diário das sessões antigamente, sabia qual a posição do PSD!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De várias saídas vãs que tenho visto o Sr. Presidente do Governo ter, esta foi, talvez, das piores!

Vou-lhe dizer uma coisa, Sr. Presidente: o Sr. sabe perfeitamente o que é que o PSD pensa sobre estas matérias. O PSD quer aproveitar e esgotar as possibilidades para encontrar a solução que sempre defendeu, que sempre defendeu nos debates anteriores.

Nós não aprovávamos as vossas propostas demagógicas, porque elas não eram justas. É isso que nós defendemos. Compensação pela insularidade para todos e não só para os funcionários públicos.

Ainda bem que veio ao nosso encontro, porque está a pôr um grupo de trabalho a estudar essas matérias,...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Isso é o que nós pensamos!

O Orador: ...pegue nos papéis, ouça os jornalistas e a opinião pública e vai ver que nós sempre defendemos a mesma coisa, com uma diferença, é que no nosso caso - porque também admitimos que é bom mudar - nós não mudamos. Mantemo-nos com a razão. Os Srs. é que mudaram um bocadinho para melhor, o que é bom!

Acabei de dizer a posição do Partido Social Democrata.

Quanto ao Sr. Presidente querer passar disfarces para dizer como é que se criam comissões, passe ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...porque nós não precisamos. Sabemos como fazer diplomas; sabemos como fazer despachos e não precisamos da sua ajuda. E, muito menos precisamos que venha dar lições jurídicas ou de direito administrativo ao Grupo Parlamentar do PSD. Nós não precisamos disso. Até temos corrigido imensas propostas. Os Srs. é que não sabem fazer aí desse lado do Governo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: No Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata toda a gente sabe o que é que quer.

Do Governo Regional é que se ficou a saber que está a estudar o assunto e até tem ciúmes que a Assembleia o estude e vamos ver se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota a favor da nossa proposta.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Fará como quiser! Isso era o que mais faltava!

O Orador: Vamos ver! Vamos ver!

Para finalizar, da nossa parte, não tem as incoerências nem a postura de oposição que os Srs. tiveram durante 20 anos. Não quero dizer com isso que não cheguemos ao poder mais depressa do que os Srs. tiveram à espera.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado João Cunha (PSD): E o Sr. Deputado Francisco Sousa pelo que disse antigamente tem que votar a favor. Já se esqueceu disso, por isso está calado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de voltar à matéria da ordem do dia e fazer algumas considerações sobre aquilo que foi aqui referido em relação ao Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a Remuneração Complementar.

Achei interessante que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista tenha afirmado que este Projecto não tem nada de justo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Afinal, deve haver nisto alguma coisa de justo, porque senão o Sr. e o Grupo Parlamentar a que pertence não teriam, em época passada, subscrito um Projecto exactamente igual.

Efectivamente, poderá ser melhorado e admitimos isso. Aliás, qualquer projecto ou proposta que aqui venha, nós consideramos que tudo pode ser melhorado. Essa é sempre a nossa postura de discussão. Por isso mesmo, admitimos que esta também pode ser melhorada. Agora, afirmar-se que não tem nada de justo é, de facto, um exagero que V. Exa. terá que reconsiderar.

Por outro lado, procura-se aqui misturar o problema que é procurar apoiar e melhorar o nível de vida daqueles que menos têm e o problema que é procurar ir de encontro àqueles que vivem numa Região, cujo nível médio do custo de vida é superior àqueles que vivem no Continente. São duas coisas complementares, mas são diferentes.

Quando no acréscimo ao salário mínimo nacional, procurámos efectivamente ir de encontro àqueles que menos ganham, àqueles que mais problemas têm na sociedade e àqueles que vivem também numa zona onde o nível de vida é superior ao que se vive no Continente e pelo facto de aqui se pagar mais do que se paga lá fora. Esta é a realidade.

No que diz respeito aos funcionários públicos, nós entendemos que, aqui na Região, eles devem ter uma média semelhante, em igualdade de circunstâncias, aos seus colegas do Continente.

Em relação à comissão que o Governo Regional tem constituída, ainda bem que se entenderam. Folgo muito em saber que se entenderam. Só tenho que me regozijar por

esse facto, porque a primeira notícia dessa comissão não era desse entendimento. Esta é a realidade.

Por outro lado, há um outro aspecto que não posso deixar passar sem o referir. É que o Sr. Presidente do Governo Regional fala em ponderar muitos cenários, outros cenários, mais cenários. Foram estes, mais ou menos, os termos que falou.

Diz que é possível fazer justiça de outra forma, mas acrescenta que se não for possível doutra maneira, vamos para esta.

Oh Sr. Presidente do Governo Regional! Neste momento ainda não há justiça feita e o que o Sr. ainda não explicou aqui foi porque é que não vamos para esta e no dia em que tivermos a outra, revogamos esta. A situação é clara.

Sr. Presidente do Governo, neste momento a situação dos funcionários públicos regionais é exactamente igual à que era em 91. É exactamente igual. Os funcionários da função pública na Região Autónoma dos Açores recebem exactamente o mesmo que recebiam em 92 os seus colegas do Continente e o vencimento do funcionário público hoje na Região é igual ao vencimento do funcionário público no Continente.

Hoje, tal qual como em 91, o nível do custo de vida na Região é muito superior ao do Continente. Hoje, tal qual como em 91, o funcionário público regional não tem qualquer melhoria em função ao do Continente.

Até que se criem as tais condições que o Sr. fala e eu duvido, pelos menos a curto prazo, pois que se crie a compensação, faça-se aquilo que foi feita na Região Autónoma da Madeira, e quando a situação for, de facto, diferente que se revogue aquilo que hoje estamos a criar, porque nós aqui todos os dias criamos e revogamos decretos. Essa é a nossa finalidade.

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Sr. Presidente, tinha mais para dizer, mas cumpro o Regimento.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções, está terminado o debate na generalidade sobre este Projecto.

Assim sendo, vamos passar à votação deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com o Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a Remuneração Complementar, apresentado pelo PCP, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a Remuneração Complementar, foi rejeitado com 24 votos contra do PS e 1 do PP, registando 24 abstenções do PSD e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, em coerência com tudo aquilo que vem a defender desde há muitos anos, em coerência com os compromissos assumidos desde sempre, quer com os trabalhadores quer com as suas estruturas sindicais, apresentou este Projecto que foi discutido na Comissão e na qual teve a possibilidade de o ver aprovado, com o seu voto favorável e com as abstenções de todas as restantes forças políticas, o relatório e o parecer referente a esta matéria e trouxe a este Plenário a discussão deste problema. Penso que essa discussão foi elucidativa para todos os trabalhadores da Região Autónoma dos Açores.

Efectivamente, nós em coerência com aquilo que pensamos e com aquilo que defendemos, trouxemos a esta Câmara uma proposta para a resolução da diferença do custo de vida entre os trabalhadores da função pública regional e local desta Região e os seus colegas de iguais categorias profissionais no Continente Português, porque os que trabalham na Região Autónoma dos Açores são compensados com um subsídio de insularidade.

Em coerência com as nossas posições, fomos com o nosso Projecto até ao fim e não ficámos à espera de panaceias nem de estudos, porque pensamos que em relação a esta matéria os estudos estão feitos. E, recordo que aqui mesmo neste Plenário, em 1992, foram referidos pelos vários partidos, na altura na oposição, estudos sobre a matéria. Esses estudos são tão válidos hoje como o eram ontem, porque efectivamente o nível do custo de vida entre o território do Continente e o da Região, continua ligeiramente mais agravado do que era na altura

Portanto, se havia razão em 92 para aprovar uma remuneração complementar aos trabalhadores da função pública, as mesmas ou ainda mais razões existem hoje. Não vemos razões para que não pudesse ter sido aprovado este Projecto, porque ele vai de encontro às pessoas, ele tem em atenção as pessoas e baseia-se fundamentalmente na filosofia que nós temos, de que governar é ir ao encontro dos interesses das pessoas. Esse não foi o parecer dos outros Srs. Deputados.

Votámos coerentes, votámos sós, mas preferimos "estar sós do que mal acompanhados".

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Meneses (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há duas coisas fundamentais no ideário do Partido Socialista:

Uma delas é a solidariedade e a outra é a ajuda e o apoio àqueles que mais necessitam.

Deputado João Cunha (PSD): Nota-se!

O Orador: O Partido Socialista não altera o seu ideário e demonstra-o na prática, como é visível com os diplomas sobre o rendimento mínimo garantido, com os diplomas sociais de apoio aos idosos, etc., etc..

O Partido Socialista demonstra na prática a solidariedade, quando conversa ou dialoga com Lisboa e obtém legislação, obtém diplomas favoráveis à nossa Região Autónoma.

É este o caminho que trilhamos. Foram estas as nossas propostas eleitorais que mereceram a votação favorável da maioria do Povo Açoriano.

Neste caso concreto, o Partido Socialista quer compensar aqueles que mais necessitam.

Deputado João Cunha (PSD): Votando contra!

O Orador: Isto para nós é absolutamente claro. Quer fazê-lo para os trabalhadores da função pública duma forma justa e quer fazê-lo para os outros trabalhadores, mas pretende fazê-lo com justiça e com responsabilidade. Daí o sentido do nosso voto.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata absteve-se na votação deste Projecto do Partido Comunista sobre a Remuneração Complementar, porque continua a pensar da mesma maneira, porque continua a ter o mesmo conceito de justiça de sempre, porque continua a ter o mesmo conceito de solidariedade de sempre e porque continua a acreditar que é possível arranjar uma solução que sirva a todos. E, agora que temos entre mãos uma Lei de Finanças Regionais, é preciso esgotar essa possibilidade.

Esperámos pelos argumentos aduzidos neste debate. Estávamos entre uma postura de oposição, mas responsável que obrigaria o Governo a cumprir as suas promessas, ou a abstenção para possibilitar que o trabalho sobre essa matéria continuasse.

Nem uns nem outros nos convenceram.

Nós ficámos com o mesmo conceito de justiça de sempre. O PS alterou o seu conceito de justiça.

Nós ficámos com o mesmo conceito de solidariedade de sempre. O PS alterou o seu conceito de solidariedade.

Nós mantivemos a nossa posição de fundo sobre esta matéria e sabemos o que é que queremos. O PS está a estudar para saber o que é que quer.

Não somos daqueles, cujo conceito de justiça e solidariedade depende de estarmos ou não no Governo Regional dos Açores.

O PS tem um conceito de justiça e solidariedade para esta matéria bem mais curto do que aquele que tinha quando estava na oposição. Na oposição era um "mãos largas", e é bom que os açorianos percebam isso, no poder é bem mais restrito. O Povo está a perceber tudo isso.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves para uma declaração de voto.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votei contra, em relação à minha consciência, na espera de encontrar uma justiça e um caminho mais certo.

Presidente: Antes de prosseguirmos os nossos trabalhos, eu tinha necessidade de ter uma pequena conversa com os membros da conferência de líderes para combinarmos precisamente esses trabalhos. Agradecia que se aproximassem aqui da Mesa.

(Pausa)

Sr. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço. Recomeçá-los-emos pelas 15,00 horas.

(Eram 13,35 horas)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15,00 horas)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto n.º 3 da nossa Ordem do Dia, relativo ao debate e aprovação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional - "Criação de um Registo Regional das Associações de Promoção dos Direitos das Mulheres e Regime de Apoios a Conceder a essas Associações"**.

Lembro que este diploma e o que vem a seguir, são discutidos em regime de urgência e dispensa de exame em Comissão, que foi aprovado na Sessão anterior, o que tem uma consequência para a discussão na especialidade, ou seja, só é feita a discussão na especialidade dos artigos para os quais existem alterações que, por sinal existem para quase todos os artigos.

Assim sendo, está aberta a discussão na generalidade sobre este diploma.

Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente este diploma que cria um Registo Regional das Associações de Promoção dos Direitos das Mulheres e estabelece o Regime de Apoios a essas Associações, porque, finalmente,

é reconhecido pelo Governo Regional a importância do trabalhos que essas associações desenvolvem na Região.

Com a aprovação deste diploma, vai-se ao encontro duma reivindicação antiga destas mesmas associações.

Para além disso, define-se o regime de apoio que a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais pode prestar a essas associações. Criam-se condições para que as mesmas desenvolvam um trabalho melhor.

Por outro lado, abre-se a oportunidade de se estabelecerem contratos de cooperação técnica e financeira com a Secretaria da Educação e Assuntos Sociais para, em conjunto, executarem projectos específicos ou programas de actividades previstos no plano de acções desta mesma Secretaria, visando a promoção de igualdade e de oportunidades entre mulheres e homens.

Por tudo o que foi dito, reafirmo a intenção do Grupo Parlamentar do PS votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional apresentou uma Proposta de Decreto Legislativo que tinha por epígrafe "Criação da Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres".

Esta proposta mereceu uma apreciação por parte da Comissão competente e depois dessa apreciação viu-se a necessidade técnica de ela ser subdividida em duas.

Uma já passou por aqui e foi aprovada e que tem a ver com uma das partes da proposta que era apresentada, ou seja, a "Criação da Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres".

Neste momento, estamos a apreciar um Projecto de Decreto Legislativo Regional que visa essencialmente a "Criação do Registo Regional das Associações de Promoção dos Direitos das Mulheres".

Nós, tal qual tivemos de acordo com a proposta inicial, também estamos de acordo com a criação deste registo de associações que promovam os direitos das mulheres, porque consideramos que uma é consequência da outra e toda a legislação

subsequente que tem a ver com a criação destas associações e com o apoio que lhes deve ser concedido.

Por isso mesmo, vamos votar favoravelmente este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como refere o preâmbulo desta iniciativa legislativa, a nossa Constituição consagra, de facto, a igualdade de oportunidades e igualdade de direitos entre o homem e a mulher.

Também é um facto que, apesar de no plano jurídico estar consagrado constitucionalmente essa igualdade de direitos, nós todos reconhecemos que - e a prova disso é esta iniciativa legislativa - no plano prático do dia a dia essa igualdade muitas vezes não ocorre. Também será justo registar e aqui referir que hoje, felizmente, a discriminação entre a mulher e o homem já não é o que era outrora.

No entanto, existem situações, por razões culturais, por razões educacionais e por razões até de mentalidade, em que o aparecimento de associações que tenham por finalidade aqueles objectivos que esta iniciativa consagra, é sempre salutar que se esbatam e que se procure nivelar e igualizar o direito das mulheres, não só no plano jurídico-formal, mas também no dia a dia na prática corrente.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou algumas alterações a este diploma, embora ele na sua epígrafe consagre o regime de apoios a conceder às associações, porque o que verificámos ao longo de alguns artigos é que esses apoios não estavam confinados às associações, mas também estavam previstos apoios em termos individuais.

O Grupo Parlamentar não concorda com o apoio a nível individual. Este apoio deve ser um apoio institucional às Associações representativas da classe que, pelos seus objectivos e pelos seus estatutos, possam pautar pela finalidade que este diploma pretende atingir.

É nesta medida que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com as alterações que aqui apresentou a esta Câmara, irá votar favoravelmente esta iniciativa legislativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PP vai votar também favoravelmente a criação do registo das associações de promoção e direito das mulheres, porque realmente a mulher teve sempre um papel muito importante na sociedade, só que, infelizmente, no que diz respeito aos seus direitos, quase sempre lhe foram negados o que foi uma injustiça.

Também reconhecemos que já não estamos num período em que esses direitos já não são tão restringidos como o foram no passado. É bom sempre tentar melhorá-los para que realmente eles sejam de verdade iguais.

Presidente: Não havendo mais inscrições para intervenções neste debate, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com o Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a "Criação dum Registo Regional de Associações de Promoção dos Direitos das Mulheres e Regime de Apoios a Conceder a essas Associações", fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à discussão na especialidade.

Ponho à discussão o artigo 1.º, para o qual existe uma proposta de alteração apresentada pelo PSD, que é do conhecimento dos Grupos Parlamentares e por isso dispensa-se a sua leitura.

Está à discussão este artigo 1.º com uma proposta de alteração do PSD.

Não havendo intervenções vamos passar à votação do artigo 1.º, de acordo com a alteração proposta pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 2.º.

Para esta artigo 2.º existe uma proposta de alteração apresentada pelo PSD. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria propôr, se isso for possível em termos regimentais, que discutíssemos e votássemos em conjunto as propostas de alteração.

Presidente: É possível, em termos regimentais, desde que a Assembleia esteja de acordo.

Portanto, vamos votar o artigo 2.º, que era o que estava à discussão, e depois então pomos à discussão e votação em conjunto os restantes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração apresentada pelo PSD para o artigo 2.º, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo 2.º, com a proposta de alteração apresentada pelo PSD, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então passar à discussão e votação dos artigos para os quais existem propostas de alteração e que são os artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º e 16.º.

Estão à discussão estes artigos, bem como as respectivas propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Não havendo intervenções vamos passar à votação destes artigos, com as respectivas propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação dos artigos 10.º, 11.º e 17.º, para os quais não existem propostas de alteração.

Os Srs. deputados que concordam com estes artigos, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para uma chamada de atenção à Comissão de redacção para o artigo 11.º, onde se deve dizer "as Associações apoiadas" e não "as entidades apoiadas", para ficar de acordo com a redacção de todo o diploma.

Presidente: Fica essa observação para a atenção da Comissão de redacção.

Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam globalmente com este diploma, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado em votação final global por unanimidade.

Presidente: Este diploma fica remetido à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para redacção final.

Passamos agora à apreciação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 22/96/A, de 9 de Agosto - Sistema de Apoio Excepcional a Conceder a Grupos Desportivos da Região"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como, aliás, ontem referi estamos a fazer algumas alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/96/A, aprovado aqui no ano passado, que tem por epígrafe "Sistema de Apoio Excepcional a Conceder a Grupos Desportivos da Região".

Nós consideramos que a acção social, a acção cultural e a acção desportiva dos clubes da nossa Região são muito importantes e, por isso mesmo, a situação financeira por que passam alguns, dever-se-á contribuir para que existam possibilidades destas associações desportivas poderem continuar a desempenhar fundamentalmente o papel que efectivamente desempenham na nossa sociedade.

Seria impensável, em nosso entender, que por asfixia financeira se permitisse o desaparecimento de muitos dos nossos clubes desportivos.

Por isso mesmo, nós, desde a primeira reunião que tivemos conjuntamente com outros Srs. Deputados e com os dirigentes desportivos, dispusemo-nos a contribuir para a resolução desta situação.

Pensamos que a proposta que agora estamos a apreciar vem de encontro às necessidades que efectivamente têm os clubes desportivos. É uma necessidade que é do conhecimento público e só com a contribuição da Região, através duma transferência do seu orçamento para pagamento das dívidas destes clubes e de acordo com aquilo que está estipulado, é possível, de facto, dar o contributo no sentido de resolver esta situação.

No entanto, existe um aspecto que nós não conseguimos apurar, e pensamos que terá algum interesse, pelo menos para nós, que é a quantia que vai ser necessário ser transferida do Orçamento da Região para a banca, para suprir os 40% que agora estamos a aprovar. É evidente que isto tem a ver com os processos que forem efectivamente avançados. No entanto, alguns desses processos já estão na Secretaria Regional e, por isso mesmo, gostaria de saber se o Sr. Secretário Regional já tem apurada a quantia dos 40% que vai ser necessária, logo no início do próximo ano económico, para resolver esta situação?

É um aspecto que gostaríamos que ficasse claro também nesta discussão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora não tenha aqui comigo, infelizmente, os apontamentos com a quantia certa, o total das candidaturas aprovadas ronda os 130 e tantos mil contos. Portanto, são sensivelmente 40% dessa quantia.

Presidente: Continua aberta a discussão na generalidade.

Parecendo não haver mais intervenientes vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com a alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/96/A, de 9 de Agosto, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à apreciação na especialidade.

Vou pôr à discussão o artigo 1.º, para o qual existe uma proposta de alteração apresentada pelo PSD. Uma vez que esta proposta ainda não foi entregue aos outros grupos parlamentares, já mandei fotocopiar e vamos aguardar que ela seja distribuída. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte para um esclarecimento.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): É apenas para uma precisão.

Era só para dizer que a proposta de alteração que entreguei na Mesa foi subscrita pelos mesmos subscritores que apresentam esta alteração. Portanto, não é do PSD, mas sim acolhida por todos os Grupos Parlamentares.

Obrigado.

Presidente: Obrigado pela correcção, mas, como não tinha, neste momento, o texto na minha frente não poderia saber que esta proposta tinha sido subscrita por todos os Grupos Parlamentares.

Feita esta correcção, está à discussão esta proposta de alteração para o artigo 1.º.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação do artigo 1.º, de acordo com a proposta de alteração subscrita pelos representantes dos Grupos Parlamentares.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 1.º, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Esta confusão deu-se, porque o mensageiro desta proposta foi do PSD. Foi só por isso.

(Risos da Câmara)

Vamos passar à votação do artigo 2.º, não havendo discussão uma vez que não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 2.º, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, em votação final global, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: A redacção final fica cometida à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

O ponto seguinte, por comum acordo dos Grupos Parlamentares, foi retirado.

Vamos passar ao ponto 6 da nossa ordem de trabalhos, que é a **Proposta de Resolução sobre a Constituição duma Comissão Eventual para o Estudo da Toxicodependência.**

Está à discussão esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão Parlamentar criada para desenvolver um estudo sobre a problemática da toxicodependência nos Açores, logo de início e devido à tremenda tarefa, viu-se obrigada a delimitar o âmbito do seu estudo.

Como todos sabem, os Srs. Deputados com certeza têm a noção exacta da vastidão e amplitude que esta problemática abrange.

A Comissão, tomando decisões acerca do âmbito do seu trabalho, imediatamente restringiu e o conhecimento que trouxe a esta Casa também teria que estar restringido pela balizas do âmbito daquele trabalho.

Assim sendo, e face à necessidade, e todos nós podemos ver durante o debate, aliás, fomos criticados e penso que injustamente, porque eu falo deste Parlamento, porque foi o Parlamento representado por uma Comissão que resolveu fazer uma recolha sobre esta problemática e, ao sermos claros em dizer que os dados eram dados dum determinado âmbito, quero dizer também que esta própria Casa, com toda a certeza, estará interessada em conhecer melhor o próprio problema.

Como nós, Grupo Parlamentar, sentimos e sentimos também que os restantes deputados têm uma certa ansiedade e uma necessidade de ter um conhecimento mais correcto e mais amplo sobre esta problemática, a nossa proposta é no sentido de se criar uma comissão no âmbito deste Parlamento para, durante 2 anos, dar

continuidade ao trabalho efectuado, ao fim do qual apresentará as suas conclusões através dum relatório.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente a proposta para a constituição desta Comissão Eventual para continuar o estudo da toxicodependência, embora consideremos que o trabalho que está programado para 2 anos poderá ser um tempo excessivo, poderá ser um tempo demasiado para apreciar esta matéria. De qualquer modo, também nada implica que a Comissão em menos tempo não possa, de facto, ter os seus trabalhos terminados.

Portanto, entendemos que esta matéria vale a pena continuar a merecer a atenção do Plenário da Assembleia Legislativa Regional e desta Comissão e pensamos que merece ser aprofundada e, fundamentalmente, é necessário que esta Comissão também seja capaz de incentivar essencialmente aqueles serviços públicos que lidam com esta matérias, para que eles próprios possam dar um contributo mais válido do que aquele que recebemos quando tratámos esta questão.

Efectivamente, a Sra. Deputada refere-se a críticas do relatório e estou convencido que todos nós as entendemos bem, mas lá fora é capaz de não terem sido bem entendidas, porque a crítica que é dada não é a quem trabalhou estes dados, e penso que estes dados foram até trabalhados com muito entusiasmo por todas as pessoas, mas o grande problema foram as respostas que nós recebemos ou as respostas que não recebemos, porque, efectivamente, quando, por um lado, se envia para determinadas instituições para darem resposta e não recebemos nada, é evidente que nós não temos meios de saber seja o que for. Por outro lado, se existem escolas e associações diversas que nos dizem que desconhecem o problema, como é que nós podemos conhecer algo que os outros, que estão mais por dentro desta problemática, desconhecem?

De facto, penso que o relatório que aqui foi apresentado é um relatório excepcional, de muito trabalho e de muito esforço. No entanto, a informação que nos chega é que é

deficiente e eu não sei até que ponto - e gostaria de ter a certeza que íamos conseguir - é que vamos conseguir, através da nossa Comissão, chegar a resultados mais profundos, da parte das pessoas que têm que se esforçar para nos dar essas informações.

Isto é uma matéria muito complicada e complexa. Penso que terá de haver uma forte vontade política para chegarmos a conclusões, embora tenhamos consciência das dificuldades que esta matéria merece.

No entanto, penso que vale a pena este e muitos outros esforços que temos que fazer sobre esta problemática.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Parecendo não haver mais intervenientes, vamos passar à votação da Proposta de Resolução que propõe a criação duma Comissão Eventual para dar continuidade ao trabalho já efectuado por esta Assembleia, em relação ao problema da toxicodpendência, a fim de se obter um conhecimento mais rigoroso da dimensão da toxicopedendência na Região Autónoma dos Açores.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao último ponto da nossa ordem de trabalhos que é também uma **Proposta de Resolução sobre "a constituição duma Comissão Eventual para estudar as formas de compensação aos trabalhadores açorianos pelos custos acrescidos da insularidade"**, proposta pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente, até porque a razão de ser desta Proposta de Resolução ficou explícita no debate que fizemos da parte da manhã e um bocadinho à tarde, apenas para dizer que, perante o destino que se foi adivinhando da proposta do Partido Comunista, pareceu-nos importante que esta Assembleia não ficasse subtraída dum trabalho importante que deve levar a cabo sobre esta matéria.

É certo que se apurou que todos os partidos têm uma preocupação no sentido de minimizar os custos da insularidade junto dos trabalhadores açorianos. É pois, apenas

e só com este princípio que o PSD apresenta esta Proposta de Resolução criando uma Comissão Eventual para o efeito, por nos parecer que é um trabalho aturado, longo e profundo que é preciso fazer. Portanto, uma Comissão Eventual poderá encarar esta tarefa com mais facilidade do que uma das Comissões que já estão previstas no nosso Regimento.

É esta a nossa intenção. É este o ponto de partida que pomos à consideração do Parlamento Açoriano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

Deputado Fernando Meneses (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não vamos voltar a polemizar sobre estas questões e, naturalmente, o Partido Socialista não vai criar qualquer obstáculo à criação desta comissão.

Todavia, parece-me que esta Assembleia já dispõe de Comissões, algumas delas capazes de tratar este tema, designadamente a Comissão de Política Geral ou a Comissão dos Assuntos Sociais e pensamos que seria bem atribuída a uma dessas comissões esta tarefa, apesar do trabalho que é necessário.

Isto teria como prioridade a finalidade ou o objectivo de fiscalização e de acompanhamento das questões regionais que compete a esta Assembleia.

De qualquer forma, nós não vamos criar qualquer obstáculo e vamos votar favoravelmente a criação desta Comissão Eventual que posteriormente se há-de constituir, nos termos estatutários, como qualquer outra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós vamos também dar o nosso voto favorável à criação desta comissão, porque efectivamente pensamos que os problemas decorrentes das diferenças do poder de compra, concretamente entre a Região e o Continente, vão continuar a ser, num futuro próximo, um aspecto fundamental no nosso trabalho político até que este problema seja resolvido.

Efectivamente, quando desde há muito encarámos esta situação de desigualdade, o nosso trabalho e o nosso esforço era no sentido deste problema ser resolvido. Esta

luta vai continuar até que efectivamente consideremos que deixaram de haver desigualdades entre o poder de compra dos trabalhadores da função pública nesta Região e o dos seus colegas do Continente.

Por isso mesmo, entendemos que tem toda a razão de ser que este problema seja tratado por uma comissão da nossa Assembleia Legislativa Regional. Para nós é indiferente que seja uma Comissão Eventual ou uma Comissão já existente. Da nossa parte achamos que a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais que já tem trabalhado esta matéria, seria preferível que fosse ela a estudar este assunto, dando continuidade aos trabalhos anteriores que já vêm sendo feitos.

De qualquer modo, ou através desta Comissão ou mesmo através duma comissão Eventual, esta Proposta de Resolução merecerá o nosso voto favorável.

Presidente: Entretanto, quero chamar a atenção para o facto do PSD acabar de apresentar uma alteração a esta Proposta de Resolução e que tem o seguinte conteúdo:

Propõe que a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais estude as formas de compensação aos trabalhadores açorianos, dos custos acrescidos da insularidade.

Portanto, chamo a atenção de toda a Assembleia, nomeadamente para aqueles que ainda vão intervir, para esta alteração, que é importante, introduzida na proposta inicial do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer que vamos votar favoravelmente este Proposta de Resolução e esperamos que ela não seja mais aquela bola de ping-pong que tem fascinado isto tudo que aqui se tem falado. Não vale a pena explicar mais, porque todos já sabem do que é que se está aqui a tratar.

Também vou votar favoravelmente, baseado um pouco nas palavras do Sr. Presidente do Governo, de que criar uma Comissão dá muito trabalho. Eu sou daquelas pessoas que acredito que só com muito trabalho se consegue alguma coisa digna e alguma coisa que nos possa fazer render.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com o anúncio que fez da nossa proposta de alteração, o PSD não tem muito mais a dizer a não ser que aceitou as sugestões do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para o qual também se inclinou o Partido Comunista, uma vez que o principal objectivo desta Proposta de Resolução fica atingido desta forma.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação da Proposta de Resolução com a alteração que foi introduzida pelos proponentes.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, segundo a alteração proposta, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução apresentada pelo PSD foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Finalmente, a Mesa tem uma Proposta de Resolução para apresentar à Assembleia e que é a seguinte:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Outubro".

Está à discussão.

Não havendo intervenientes, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

Muito obrigado. Boa tarde e até ao mês de Novembro.

(Eram 15,40 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - António Silva Melo, Francisco Oliveira, Luís Resendes; **PSD** - Aires Reis, António Meneses, Joaquim Ponte, Sidónio Bettencourt).*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PP** - Nuno Almeida e Sousa).*

—

O Redactor de 2.^a Classe: *José Rodrigues da Costa*